

Índice

1. PREÂMBULO	3
2. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO DE VILA NOVA DA BARQUINHA.....	6
2.1. LOCALIZAÇÃO E DIVISÃO ADMINISTRATIVA	6
2.2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	8
2.2.1. Fisiografia	10
2.2.2. Litologia e Geologia	12
2.2.3. Caracterização Climática	13
2.2.4. Vegetação.....	14
2.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL: POPULAÇÃO, BASE ECONÓMICA , REDE VIÁRIA E EQUIPAMENTOS	17
3. CARACTERIZAÇÃO DO PDM VIGENTE	23
3.1. FICHA TÉCNICA	23
3.1.1. Elaboração.....	23
3.1.2. Aprovação e Ratificação	23
3.1.3. Conteúdos.....	23
3.2. ESTUDOS SECTORIAIS DE BASE	24
3.3. PROPOSTAS DE ORDENAMENTO	26
3.3.1. O regime de uso do solo.....	26
3.3.2. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	27
3.3.3. Condicionantes	28
3.4. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO	29
3.5. DEFICIÊNCIAS DO ACTUAL PDM.....	31
3.5.1. Regulamento	31
3.5.2. Planta de Ordenamento.....	31
3.5.3. Planta de Condicionantes	32
3.5.4. Omissões de Carácter Geral.....	32
4. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO	34
4.1. OCUPAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	34

4.1.1. Edificado e habitação (1991-2001)	35
4.1.2. Acessibilidades e transportes	39
4.1.3. Equipamentos e infra-estruturas	42
4.2. DINÂMICA DEMOGRÁFICA.....	43
4.2.1. Variação populacional	43
4.2.2. Estrutura etária.....	52
4.2.3. Níveis de instrução.....	58
4.3. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL	62
4.3.1. Enquadramento territorial	62
4.3.2. Análise concelhia 1991	65
4.3.3. Análise concelhia 2001	66
4.3.4. Análise evolutiva 1991-2001.....	66
4.3.5. Impacto territorial	67
5. JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REVISÃO	69
5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	69
5.2. DESADEQUAÇÃO DO ACTUAL PDM ENQUANTO INSTRUMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA.....	70
5.3. OBJECTIVOS DA REVISÃO DO PDM.....	77
5.3.1. Objectivos de carácter geral.....	77
5.3.2. Completar e articular as redes de equipamentos, infra-estruturas e transportes	78
5.3.3. Definir mecanismos de equilíbrio e salvaguarda ambiental e patrimonial	79
5.3.4. Estruturar áreas desarticuladas/identificar áreas problemáticas.	79
5.3.5. Definir critérios de gestão fundiária.....	81
5.3.6. Actualizar e corrigir normativas do Plano	81
5.3.7. Integração em Sistema de Informação Geográfica	82
5.4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	82
5.4.1. Económico e Social.....	83
5.4.2. Ordenamento do Território	83
5.4.3. Infra-estruturas	84
5.4.4. Cultural.....	84
5.4.5. Preservação do Ambiente/Critérios de Sustentabilidade a Adoptyar.....	85
ANEXOS.....	86

1. PREÂMBULO

O Plano Director Municipal de Vila Nova da Barquinha (PDM) vigente foi aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, a 9 de Setembro de 1994 e ratificado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/94, tendo entrado em vigor na data da sua publicação no Diário da República, I Série-B, n.º 264, de 15 de Novembro de 1994.

O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro – alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, e novamente alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro – determina, no n.º 3 do seu artigo 98.º, a obrigatoriedade de revisão dos planos directores municipais quando haja decorrido o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor, encontrando-se a vigência do PDM de Vila Nova da Barquinha já com aquele prazo ultrapassado.

De acordo com o n.º 9 da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril, a deliberação camarária que determine a revisão do PDM em momento anterior ao termo do prazo de 10 anos anteriormente referido deve ser alicerçada em relatório fundamentado de avaliação da execução do plano e de caracterização da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração, o qual incide sobre os aspectos seguintes:

- a) Níveis de execução do plano, nomeadamente em termos de ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturação, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município;

- b) Evolução dos principais indicadores de caracterização do concelho, nomeadamente evolução demográfica e condições de desenvolvimento económico, social e cultural, bem como outras actividades consideradas relevantes para o município;
- c) Avaliação da qualidade ambiental do concelho, devendo ser objecto de caracterização sumária, entre outros aspectos, a eficácia dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos e os dados existentes relativos a outros indicadores ambientais;
- d) Definição de novos objectivos de desenvolvimento para o município e dos critérios de sustentabilidade a adoptar.

A exigibilidade de tal relatório decorre, aliás, da obrigação de fundamento técnico, consagrada no n.º 4º do referido Decreto-Lei n.º 380/99, do processo elaborativo ou modificativo dos instrumentos de gestão territorial, os quais devem explicitar de forma racional e clara, os fundamentos das respectivas previsões, indicações e determinações, a estabelecer com base no conhecimento sistematicamente adquirido:

- a) Das características físicas, morfológicas e ecológicas do território;
- b) Dos recursos naturais e do património arquitectónico e arqueológico;
- c) Da dinâmica demográfica e migratória;
- d) Das transformações económicas, sociais, culturais e ambientais;
- e) Das assimetrias regionais e das condições de acesso às infra-estruturas, aos equipamentos, aos serviços e às funções urbanas.

O presente relatório tem em vista dar resposta aos requisitos de fundamentação atrás expressos e estabelecer termos de referência para as propostas de revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Após um breve enquadramento de apresentação do concelho, o relatório faz um primeiro reconhecimento do actual PDM, de onde se extraem os principais elementos julgados convenientes para a justificação do processo de revisão.

Posteriormente, procede-se à análise da evolução dos principais indicadores de caracterização do concelho, de forma a perceber qual foi, de facto, a evolução dos mesmos.

Após o conhecimento assim obtido da realidade actual do concelho e dos níveis de execução do PDM, o relatório procura justificar o motivo da revisão deste instrumento e apontar os objectivos genéricos dessa revisão.

2. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

2.1. LOCALIZAÇÃO E DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Concelho de Vila Nova da Barquinha situa-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, na província do Ribatejo, Distrito de Santarém. Este concelho confina a Norte com os concelhos de Tomar e Abrantes; a Nascente com o concelho de Constância, tendo como fronteira o Rio Tejo e o Rio Zêzere; a Sul com o concelho da Chamusca, tendo como fronteira o Rio Tejo, e com o concelho da Golegã; e a Poente com os concelhos de Entroncamento e de Torres Novas.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo, com uma superfície de 13.166,19 km² ocupa, aproximadamente, 14,8% da área do território de Portugal Continental. É composta pelas seguintes Unidades Territoriais (NUTS) de nível III:

- Oeste
- Médio Tejo
- Lezíria do Tejo
- Grande Lisboa
- Península de Setúbal

O Concelho de Vila Nova da Barquinha encontra-se situado na Região de Lisboa e Vale do Tejo, na Sub-Região do Médio Tejo (NUT III).

Este Concelho tem uma área correspondente a 49,8 km², composto, administrativamente, por 5 freguesias: Atalaia, Praia do Ribatejo, Tancos, Vila Nova da Barquinha e Moita do Norte.

Na Tabela 1.1 apresenta-se área do Concelho de Vila Nova da Barquinha por freguesias.

Tabela 1.1 Área do Concelho de Vila Nova da Barquinha por Freguesias

FREGUESIA	ÁREA	
	KM ²	%
Atalaia	14,3	29%
Praia do Ribatejo	20,6	41%
Tancos	3,9	8%
Vila Nova da Barquinha	4,2	8%
Moita do Norte	6,8	14%
Total Concelho	49,8	100%

Fonte: CMVNB, 2006

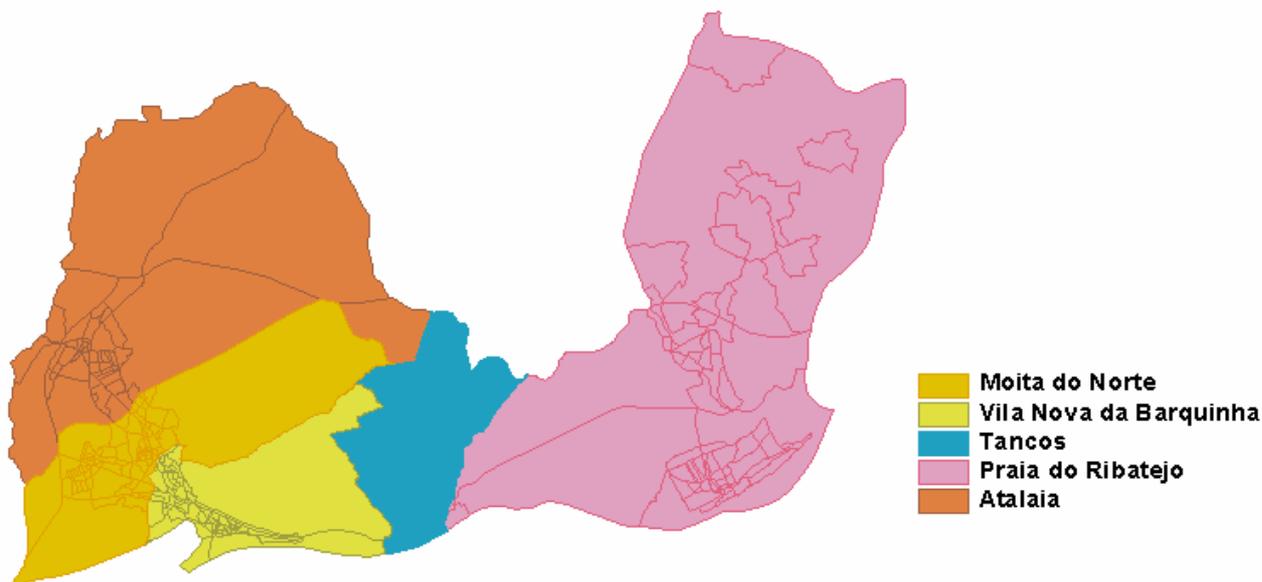


Figura 1: Limites das freguesias do Concelho de Vila Nova da Barquinha (Fonte: CMVNB, 2006)

2.2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

A importância da integração da geografia física neste processo de fundamentação da revisão do PDM prende-se com a necessidade de associar estas condicionantes ambientais a questões como a protecção contra riscos naturais ou à preservação destes mesmos recursos naturais.

No entanto, é de salientar que a integração desta componente no actual instrumento de gestão territorial em vigor é muito incipiente, o que não permitiu a definição de estratégias correctas de protecção e gestão dos recursos naturais.

Com o intuito de colmatar esta lacuna e, apesar de reconhecida a dificuldade de integração desta componente nos PDM de 2ª geração, tenta-se elaborar uma caracterização sumária de alguns aspectos físicos que serão importantes ter em consideração na regulamentação do uso do solo.

Pretende-se, assim, que esta revisão, quando for efectivamente elaborada, tenha como princípio o ordenamento sustentável do território, pois reside a consciência que a não inserção desta componente no processo de ordenamento terá importantes consequências ecológicas, mas ao mesmo tempo poderá ter custos relevantes, tanto para a economia como para a sociedade.

A análise elaborada à estrutura física do concelho abarca, assim, questões importantes como a hipsometria, que identifica os traços principais do relevo, constituindo-se este como factor repulsivo, na medida em que relevos muito acidentados exigem maior investimento nas infra-estruturas e equipamentos. Por outro lado, será analisada a geologia, condicionante do relevo, mas com influência importante para a fixação da actividade humana. Um outro factor relevante a ter em conta no ordenamento do território será o clima, não numa escala global, mas antes numa escala mais local e sobretudo relacionada com outros factores, como a hidrografia e a hidrologia. Todos

estes factores podem contribuir para a atracção ou repulsão da população dentro do concelho.

Para além disto, é importante levar em consideração que o espaço físico é o suporte das actividades humanas, pelo que uma má gestão deste mesmo espaço levará a situações de desequilíbrio ou de risco, as quais poderão ter graves consequências para o homem.

Perante estes dois factores, um relacionado com a acção do homem sobre o meio, outro direccionado para o condicionamento que este impõe ao homem, torna-se cada vez mais urgente apelar a uma correcta integração entre a dinâmica do meio físico e os planos de ordenamento e gestão do território. Face a esta integração poder-se-á obter uma eficaz gestão dos usos do solo, diminuindo tanto a vulnerabilidade do homem face às adversidades do meio, bem como as consequências para o homem devido a um uso menos correcto do território por parte do mesmo.

O Concelho de Vila Nova da Barquinha, de acordo com as Unidades Territoriais definidas para o país, integra-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, mais especificamente, na sub-região do Médio Tejo.

Neste contexto, constitui parte do território de uma importante Bacia Hidrográfica, a do Rio Tejo, que se evidencia, entre outros factores, pelas suas enormes potencialidades naturais para a recarga de aquíferos.

A zona ecológica, fito-climática em que se situa o Concelho acompanha aliás um troço significativo daquele curso de água, através das suas margens e nunca ultrapassam os 400 metros, correspondendo a uma zona de transição entre a atlante-mediterrânea e a sub-mediterrânea.

Avaliando este Concelho do ponto de vista meramente natural, ele enquadra-se na Região Natural da Estremadura, embora estabelecendo fronteira directa, a Sul, com a Região Natural do Ribatejo.

Trata-se de uma região em que predomina o uso agrícola do solo embora se observem, em particular a Norte do Tejo, extensas áreas florestais, uma vez que nessas o relevo é mais acidentado e os terrenos são mais pobres (1991).

De uma forma geral, o Concelho de Vila Nova da Barquinha integra uma região em que predomina uma policultura submediterrânea.

2.2.1. Fisiografia

Em termos fisiográficos, o Concelho integra-se na grande Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, cujo curso de água constitui o seu limite Sul. As restantes bacias definem-se todas elas a partir de afluentes do Tejo mas com graus de importância bastante diferenciados. Em primeiro lugar surge a Bacia do Rio Zêzere, o qual constitui o limite Este do Concelho e é um dos principais tributários do Tejo. Em segundo plano, surgem as bacias cujos cursos de água têm carácter sazonal. São eles a Bacia da Ribeira da Ponte da Pedra, limite Oeste do Concelho e a Bacia da Ribeira de Tancos.

A identificação e respeito por estes elementos de paisagem tem uma importância particular, reforçada neste caso por o Concelho se integrar numa região cuja produtividade média dos recursos aquíferos subterrâneos é da ordem dos 400 m³/diakm².

Da fisiografia destacam-se ainda as duas principais linhas de cumeada e que são respectivamente as que separam a Bacia da Ribeira de Tancos, da Bacia do Rio Zêzere e da Bacia da Ribeira da Ponte da Pedra. No primeiro caso a linha de festo, atinge as cotas máximas do Concelho, 200 metros e desenvolve-se a Norte da freguesia da Praia do Ribatejo, no limite com o Concelho de Tomar. A cumeada que separa a Ribeira de

Tancos da Ribeira da Ponte da Pedra apresenta uma menor altitude. Nasce na freguesia de Tancos, sem ultrapassar os 100 metros, atravessa as freguesias de Vila Nova da Barquinha e Moita do Norte, atingindo em algumas áreas os 150 metros, chegando quase a morrer a Norte da freguesia da Atalaia, no limite desta com o Concelho de Tomar, embora sem descer abaixo dos 100 metros.

De uma forma geral, cerca de metade da superfície do Concelho não ultrapassa os 80 metros, apresentando um relevo suave a moderado e coincidindo preferencialmente com zonas de vale. As cotas mais baixas do Concelho, 15 metros, coincidem com a margem do Rio Tejo.

A Norte da freguesia da Praia do Ribatejo observa-se a zona com o relevo mais acidentado do Concelho, sobressaindo no conjunto o vale encaixado do Rio Zêzere.

Na Figura 2 apresenta-se a fisiografia do Concelho.



Figura 2 Fisiografia do Concelho de Vila Nova da Barquinha (Fonte: CMVNB, 2006)

Relativamente à orientação das encostas, predominam as exposições W, SW, S (quentes) que ocupam, preferencialmente, as zonas Central e Oeste do Concelho em situação de Vale. Seguem-se as exposições frescas (E e SE) que surgem, preferencialmente, no prolongamento das encostas quentes. As encostas frias (NW, N, NE) predominam a Norte do Concelho e, no conjunto, são as de menor representatividade.

2.2.2. Litologia e Geologia

Quanto à litologia e geologia do Concelho, os terrenos com maior representação na área em estudo integram-se na cobertura ano-antropozóica e constituem-na genericamente quatro unidades litológicas que ocorrem em diferentes percentagens, tal como se apresenta na Tabela 1.2.

Tabela 1.2 Unidades litológicas presentes no Concelho

UNIDADES LITOLÓGICAS	%
Aluviões	5
Areias e cascalheiros	20
Areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados e argilas	30
Xistos, anfíbolites, micaxistos, grauvaques, gnaisses e migmatitos	45

Fonte: PDM de CMVNB

As aluviões observam-se ao longo dos principais cursos de água, em particular na confluência da Ribeira da Ponte da Pedra com o Rio Tejo. São terrenos de Cobertura com origem no Holocénico e que resultam da acumulação de materiais detríticos transportados pelas cheias dos rios.

Os depósitos de terraços fluviais têm origem no Plistocénico e são constituídos essencialmente por areias, saibros e cascalheiras. No Concelho de Vila Nova da Barquinha estes depósitos surgem com diversas profundidades. Nas zonas altas da topografia local existe uma série de conglomerados e arenitos do Pliocénico que resultam de depósitos do antigo estuário (pré-Tejo) e são constituídos por cascalheiros de planalto, arenitos argilosos avermelhados e acastanhados, com seixos e argilas da mesma cor. Trata-se de depósitos tipicamente fluviais e que frequentemente coroam os cimos dos relevos residuais.

A Norte de Vila Nova da Barquinha observa-se a formação areno-argilosa do Entroncamento (Miocénico Superior), fundamentalmente constituída por margas, argilas e areias por vezes com seixos.

As povoações de Tancos, Vila Nova da Barquinha e o Castelo de Almourol assentam sobre o maciço granítico em que predominam granitos alcalinos de duas micas porfiróides.

2.2.3. Caracterização Climática

O Concelho de Vila Nova da Barquinha integra-se numa região temperada com características de clima mediterrâneo.

As condições climáticas da zona são muito influenciadas pela proximidade de dois cursos de água com caudais bastante significativos, nomeadamente, o Rio Tejo e o Rio Zêzere.

De facto, estes dois elementos introduzem alterações ao nível mesoclimático, que se reflectem na redução das amplitudes térmicas, num ligeiro aumento da precipitação e na acumulação de ar frio durante a noite.

A influência no clima ao nível microclimático é ainda resultante de uma predominância do uso florestal do Concelho. Os efeitos resultantes são particularmente relevantes ao nível da evapotranspiração.

De acordo com os dados fornecidos pela Estação Meteorológica de Tancos (ver Anexo I), a média pluviométrica anual é da ordem dos 951 mm, concentrando-se, preferencialmente, nos meses de Outubro a Abril. O valor máximo diário da precipitação durante este período ocorreu no mês de Abril, tendo sido atingidos 102,6 mm.

A insolação é habitualmente elevada, em particular na Primavera e Verão, facto que se reflecte nas temperaturas que são também elevadas. Verifica-se, com efeito, que a temperatura média do mês mais quente (Agosto) atinge os 23,1 °C e a média anual alcança os 15,8 °C. No entanto, os valores máximos da temperatura ocorreram em Julho, Agosto e Setembro, em que se atingiram os 40,5 °C, e os mais baixos entre Novembro e Abril, com um máximo de -6,5 °C em Janeiro.

O valor médio da humidade do ar é da ordem dos 80%. Os valores mais altos registaram-se entre Novembro e Fevereiro e os mais baixos em Julho e Agosto. Em Dezembro, mês mais frio do ano, os valores da humidade relativa do ar variam entre os 71% e 92%, e no mês mais quente, Agosto, estes valores situam-se entre os 40% e 68%.

De uma forma geral, pode-se concluir que o Verão é praticamente seco e bastante quente e o Inverno húmido e suave.

2.2.4. Vegetação

Em termos de vegetação, o Concelho de Vila Nova da Barquinha integra-se numa região cuja formação vegetal dominante se classifica em Carvalhal da Zona Húmida Quente. Esta condição resulta em particular das suas características climáticas, nomeadamente

a ocorrência de temperaturas moderadas e humidade relativamente elevada, de uma pluviosidade acentuada no Inverno e de um período seco estival acentuado.

Caracterizam esta região no estrato arbóreo, espécies como: o sobreiro, o carvalho negral, o carvalho cerquinho, o zambujeiro, o carrasco, a azinheira, o aderno, o medronheiro, o loureiro, o sanguinho das sebes, o catapereiro e o pinheiro manso. Relativamente ao estrato arbustivo, as espécies mais representativas são: o pilriteiro, o abrunheiro bravo, a gilbardeira, a arvoeira, a murta, a urze branca, a urze das vassouras, o lentisco bastardo, o falhado, a roseira branca e a madressilva caprina.

O coberto vegetal do Concelho caracteriza-se por uma menor diversidade. Condicionado por um uso predominantemente florestal, envolvendo mais de metade do território, assiste-se a uma gradual substituição do pinheiro bravo (anteriormente dominante) pelo eucalipto.

Resistindo ainda ao domínio florestal, com uma área representativa de ocupação, encontra-se a oliveira. Estas manchas encontram-se preferencialmente na periferia dos aglomerados urbanos e em algumas situações de vale.

Associado geralmente aos olivais e ocupando uma área significativa dos vales encontram-se pastagens naturais, componente fundamental, para a produção de pequenos ruminantes explorados no Concelho, com um carácter complementar da economia familiar.

Na zona de vale que resulta da confluência entre a Ribeira da Ponte da Pedra e o Rio Tejo verifica-se a presença de terrenos em que se mantêm pequenas produção de cereal, pomar e vinha.

O sobreiro, que já teve grande expressão no Concelho, encontra-se agora disperso e sem ocupar uma área com representatividade cartográfica.

A distribuição do coberto vegetal do Concelho apresenta-se na Figura 3 e no Gráfico 1.1.

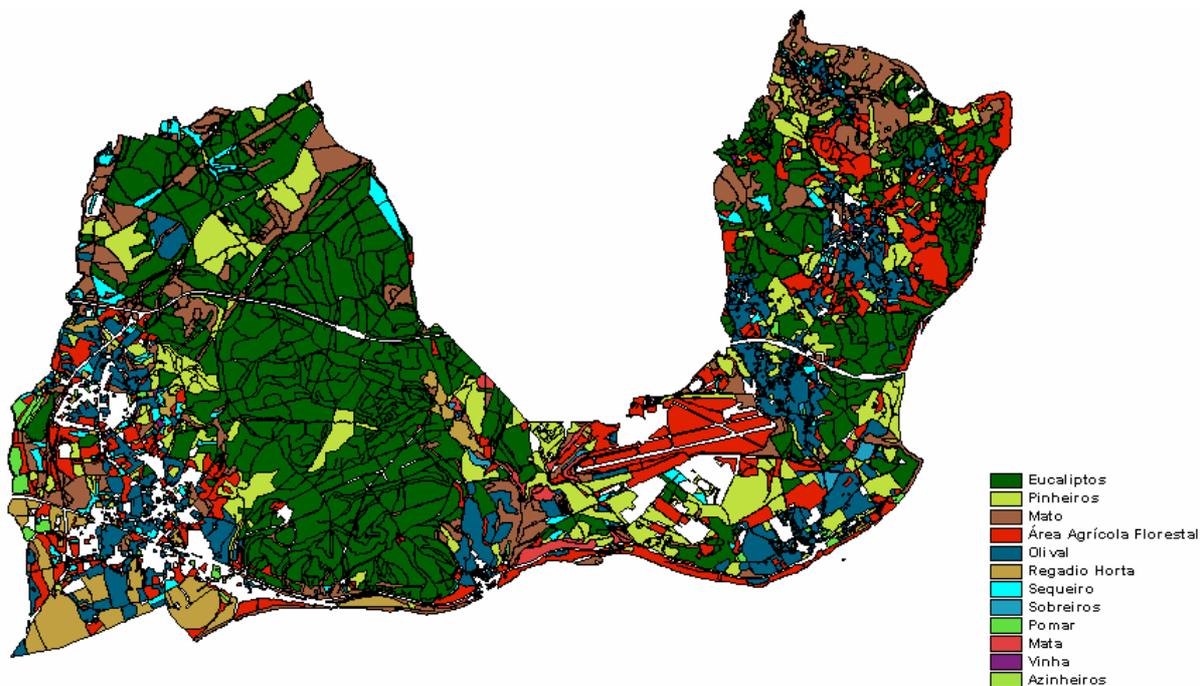


Figura 3 Distribuição do coberto vegetal do concelho (Fonte: CMVNB, 2006)

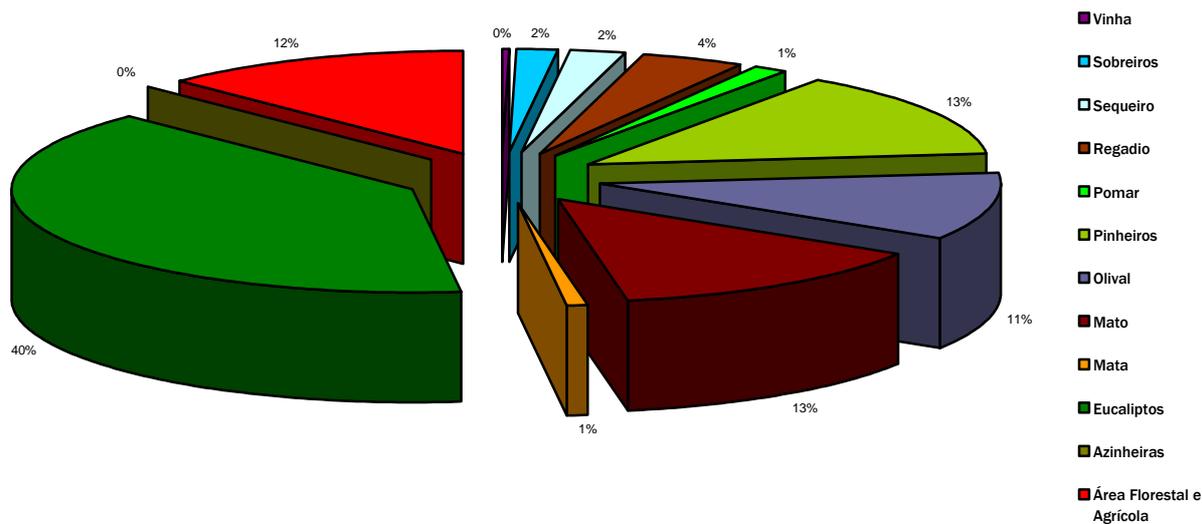


Gráfico 1.1 Distribuição do coberto vegetal do concelho

De uma forma geral, verifica-se que o Concelho reflecte, de forma evidente, a ausência de planeamento rural, sem qualquer preocupação em termos de organização e compartimentação do espaço rural ou até na implementação de infra-estruturas de protecção nas áreas florestais.

2.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL: POPULAÇÃO, BASE ECONÓMICA , REDE VIÁRIA E EQUIPAMENTOS

De forma a ser possível esboçar um “retrato” do Concelho de Vila Nova da Barquinha, tenta-se evidenciar as suas características mais importantes dentro de cada um dos aspectos analisados.

Relativamente à sua base sócio-demográfica, será importante destacar, em primeiro lugar, que registou, entre 1991 e 2001, um crescimento populacional muito pouco significativo, da ordem dos 0,8%, passando de 7.553 para 7.610 habitantes.

Na Tabela 1.3 apresentam-se os valores da população residente e da variação populacional, para os períodos de 1991 e 2001.

Tabela 1.3 População Residente e Variação Populacional, entre 1991 e 2001.

População Residente			População Residente (0-14 anos)			População Residente (15-24 anos)			População Residente (25-64 anos)			População Residente (65 ou mais anos)		
1991	2001	Variação	1991	2001	Variação	1991	2001	Variação	1991	2001	Variação	1991	2001	Variação
7553	7610	0,8	1283	1034	-19,4	1181	936	-20,7	3959	4085	3,2	1130	1555	37,6

Fonte: INE (Censos 2001)

Este crescimento, tal como se pode verificar na Tabela anterior, verificou-se ao nível do crescimento da população residente entre os 25 e os 64 anos e, de uma forma ainda mais expressiva, do crescimento da população com mais de 65 anos.

Este facto revela, inevitavelmente, um processo de envelhecimento da população, acompanhando, tanto a tendência a nível da Região de Lisboa e Vale do Tejo, como a nível nacional.

Em relação à base económica do Concelho, assiste-se, em primeiro lugar, a um aumento da taxa de actividade, no período de 1991 a 2001, passando de 39,6% para 43,2%, verificando-se, em 2001, um ligeiro aumento da taxa de actividade feminina em relação à masculina.

Nas Tabelas 1.4 e 1.5 apresenta-se a base económica do concelho.

Tabela 1.4 Base Económica do Concelho (1)

INDICADOR	VALOR	UNIDADE
População Economicamente Activa	3 291	indivíduos
População Economicamente Activa e Empregada	3 029	indivíduos
População Economicamente Activa e Empregada, CAE 0	62	indivíduos
População Economicamente Activa e Empregada, CAE 1 a 4	738	indivíduos
População Economicamente Activa e Empregada, CAE 5 a 9	2 229	indivíduos
População Economicamente Activa e Empregada, CAE 5 a 9 - relac. C/ Activ. Econ.	1 096	indivíduos
Taxa de Actividade HM, em 1991	39,6	%
Taxa de Actividade H, em 1991	53,2	%
Taxa de Actividade M, em 1991	26,7	%

Taxa de Actividade HM, em 2001	43,2	%
Taxa de Actividade H, em 2001	51	%
Taxa de Actividade M, em 2001	35,9	%

Fonte: INE (Censos 2001)

Por outro lado, a taxa de desemprego, apesar de elevada, registou uma ligeira diminuição, situando-se, em 2001, em 8%, ligeiramente acima da média nacional. Convém, ainda, fazer referência à crescente perda de importância dos sectores primário e secundário para o sector terciário.

Tabela 1.5 Base Económica do Concelho (2)

INDICADOR	VALOR	UNIDADE
População Desempregada HM	262	indivíduos
População Desempregada H	80	indivíduos
População Desempregada M	182	indivíduos
População Desempregada, procura 1º emprego HM	66	indivíduos
População Desempregada, procura 1º emprego H	12	indivíduos
População Desempregada, procura 1º emprego M	54	indivíduos
População Desempregada, procura novo emprego HM	196	indivíduos
População Desempregada, procura novo emprego H	68	indivíduos
População Desempregada, procura novo emprego M	128	indivíduos
Taxa de Desemprego HM, em 1991	9,6	%
Taxa de Desemprego H, em 1991	4,7	%
Taxa de Desemprego M, em 1991	18,8	%

Taxa de Desemprego HM, em 2001	8	%
Taxa de Desemprego H, em 2001	4,2	%
Taxa de Desemprego M, em 2001	13	%

Fonte: INE (Censos 2001)

Em relação à ocupação do solo, e de acordo com os dados actuais disponíveis, na freguesia de Atalaia foram emitidos 5 alvarás de loteamento incidentes numa área de 14.725 m², com a criação de 35 fogos; na freguesia de Moita do Norte foram emitidos 2 alvarás de loteamento com incidência em 52.425 m², com a criação de 104 fogos; na freguesia de Vila Nova da Barquinha foram emitidos 3 alvarás de loteamento com incidência em 75.775 m² e com a criação de 215 fogos.

Destes dados, é notório um maior desenvolvimento na freguesia de Vila Nova da Barquinha, facto este que é suportado pela sua proximidade ao Entrocamento.

Tancos foi a freguesia menos desenvolvida. Talvez devido às características físicas do local e à proximidade à zona militar.

Assim, e de acordo com a Tabela 1.6, a freguesia de Praia do Ribatejo é a que possui maior número de fogos, 1.062, seguida das freguesias de Moita do Norte, Vila Nova da Barquinha, Atalaia e Tancos.

Tabela 1.6 Alojamentos/Edifícios por Freguesia

FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE	ALOJAMENTOS	EDIFÍCIOS
Vila Nova da Barquinha	7610	3789	3184
Atalaia	1735	773	725
Praia do Ribatejo	2087	1062	966
Tancos	295	142	125

Vila Nova da Barquinha	1426	804	518
Moita do Norte	2067	1008	850

Fonte: INE (Censos 2001)

Em relação a acessibilidades, o Concelho é atravessado por algumas vias estruturantes de elevada importância, de que são exemplo, a Auto-Estrada n.º 23, a qual faz a ligação a Castelo Branco e Espanha.

Também é importante salientar a proximidade deste Concelho à Auto-Estrada n.º 1, a qual faz a ligação Lisboa-Porto.



Figura 4 Mapa de Acessibilidades do Concelho (Fonte: CMVNB, 2006)

A nível de infra-estruturas, o abastecimento de água, quer em alta, quer em baixa, estende-se a todo o município, considerando-se uma cobertura de 100%. Já em termos de saneamento básico, este estende-se a todo o município, com excepção da freguesia de Praia do Ribatejo, em que só a localidade dentro da zona urbana é servida por esta infra-estrutura. Desta forma, pode considerar-se uma cobertura de cerca de 78%.

Em relação aos sistemas de recolha e tratamento de resíduos, a recolha é efectuada pelo município, com uma cobertura de 100%. Os resíduos são transportados à Unidade de Transferência da Carregueira, Arrepiado, município da Chamusca e, posteriormente transportados a destino final.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PDM VIGENTE

3.1. FICHA TÉCNICA

3.1.1. Elaboração

A elaboração do Plano Director Municipal (PDM) de Vila Nova da Barquinha foi efectuada em Julho de 1994, pela empresa Plural, Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda.

3.1.2. Aprovação e Ratificação

O Plano Director Municipal de Vila Nova da Barquinha (PDM) vigente foi aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, a 9 de Setembro de 1994 e ratificado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/94, tendo entrado em vigor na data da sua publicação no Diário da República, I Série-B, n.º 264, de 15 de Novembro de 1994.

3.1.3. Conteúdos

- **Elementos Fundamentais do Plano**
 - Regulamento
 - Planta de Ordenamento
 - Planta Actualizada de Condicionantes

- **Elementos Complementares**
 - Relatório
 - Planta de Enquadramento

- **Elementos Anexos**
 - Estudos de Caracterização
 - Introdução e Enquadramento (Volume I)

- População e Economia (Volume II)
- Caracterização Biofísica (Volume III)
- Rede Urbana (Volume IV)
- Habitação e Equipamentos Colectivos (Volume V)
- Rede Viária e Transportes (Volume VI)
- Infra-estruturas (Volume VII)
- Planta da Situação Existente

3.2. ESTUDOS SECTORIAIS DE BASE

O Plano Director Municipal actualmente em vigência é constituído por 7 estudos sectoriais de base.

O *volume I – Introdução e Enquadramento* apresenta o enquadramento legal e a estrutura do PDM, no qual se faz referência ao processo de faseamento do Plano e ao seu âmbito e organização. Situa o Concelho em termos geográficos e administrativos, e articula o PDM com os estudos e planos existentes. Apresenta os objectivos gerais de desenvolvimento municipal.

O *Volume II – População e Economia* precede à caracterização geral da evolução da população, apresentando três cenários prospectivos de crescimento demográfico. Faz ainda a caracterização da estrutura económica concelhia, enquadrando-a em termos regionais e nacionais. Da análise conjugada das carências e potencialidades, define as perspectivas e estratégia de desenvolvimento para o Concelho.

O *Volume III – Análise Biofísica* efectua a caracterização biofísica concelhia, onde a partir do respectivo enquadramento regional se passa para a análise dos aspectos geológicos, fisiográficos, pedológicos, da capacidade de uso do solo e uso actual do solo. Ainda, após a análise climática, procede-se à delimitação das unidades de paisagem, concluindo-se este estudo, com a identificação dos valores paisagísticos.

O *Volume IV – Rede Urbana* efectua, a partir de uma perspectiva histórica do povoamento do Concelho, a identificação do património construído e refere, de forma genérica, a morfologia urbana e a tipologia arquitectónica. Depois da caracterização urbanística dos aglomerados, apresenta ainda a hierarquia actual da rede urbana.

O *Volume V – Habitação e Equipamentos Colectivos* faz a caracterização/quantificação do parque habitacional. Procede à caracterização física do parque, condições de habitabilidade, regime de ocupação e regime de encargos com a habitação, dinâmica de crescimento habitacional. Efectua ainda uma referência às necessidades de habitação e às perspectivas futuras deste sector (estimativa dos parâmetros de planeamento) e apresenta estratégias de orientação e medidas de política. Este ponto faz ainda a inventariação, caracterização e diagnóstico da situação relativa aos equipamentos colectivos. Desta análise parte para a detecção das necessidades futuras de equipamentos e respectivo dimensionamento.

O *Volume VI – Rede Viária e Transportes* apresenta a inserção nacional e regional da rede viária concelhia e faz a sua caracterização nos aspectos mais relevantes, nomeadamente, a nível da hierarquização e caracterização física. Foca também a rede viária prevista e a caracterização do tráfego. Finalmente, caracteriza a situação no que se refere ao parque automóvel, transporte rodoviário, transporte ferroviário, fluvial e aéreo.

O *Volume VII – Infra-estruturas Urbanas* faz a descrição da situação a nível do Concelho e das freguesias: abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, abastecimento de energia eléctrica e recolha e tratamento de resíduos sólidos.

3.3. PROPOSTAS DE ORDENAMENTO

3.3.1. O regime de uso do solo

O referido diploma identificava um conjunto de classes de espaços a considerar na elaboração dos planos, consideradas em função do uso dominante e que poderiam abranger diversas categorias. No PDM em vigência, são consideradas as seguintes classes de espaço:

Espaços Não Urbanos:

- **Espaços Agrícolas**
- **Espaços Florestais**
- **Espaços Naturais**
- **Espaços afectos a instalações militares**

Espaços Predominantemente Urbanos:

- **Espaços Urbanos**
- **Espaços Urbanizáveis**
- **Espaços Verdes de Protecção e Enquadramento**
- **Espaço de Reserva para Equipamentos Colectivos**
- **Espaços Industriais**

3.3.2. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) definidas pelo PDM vigente têm o objectivo de demarcar espaços de intervenção dispondo de, ou para os quais se pretende obter, uma coerência própria e que deverão ser tratados a um nível de planeamento de maior detalhe. As UOPG definidas foram as seguintes:

a) Áreas a sujeitar a Planos de Urbanização:

- Conjunto de aglomerados de Vila Nova da Barquinha, Atalaia, Moita do Norte e Cardal
- Praia do Ribatejo
- Madeiras
- Limeiras

b) Áreas a sujeitar a Planos de Pormenor de Salvaguarda e Valorização:

- Núcleo histórico de Vila Nova da Barquinha
- Núcleo histórico de Tancos
- Castelo de Almourol e Área Envolvente

c) Áreas a sujeitar a Planos de Pormenor

- Zona abrangendo parte de Vila Nova da Barquinha, Atalaia, Moita do Norte e Cardal
- Zona do Parque Desportivo de Vila Nova da Barquinha

- Pólo Empresarial da Atalaia

3.3.3. Condicionantes

No que se refere às servidões administrativas e restrições de utilidade pública, o presente Plano na respectiva Planta de Condicionantes identifica essencialmente três grandes conjuntos de elementos, nomeadamente:

- A Reserva Agrícola Nacional (RAN)
- A Reserva Ecológica Nacional (REN)
- Todas as outras condicionantes

Para além da RAN e da REN, as restantes servidões administrativas e restrições de utilidade pública referem-se a:

- Áreas integradas no domínio público hídrico
- Protecção a imóveis classificados
- Vias de comunicação
- Instalações militares e aeroportos
- Marcos geodésicos

Ao nível das infra-estruturas, as vias de comunicação incluem a rede viária e ferroviária e ainda a rede de instalações eléctricas.

3.4. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

No que respeita ao sector das infra-estruturas viárias, os objectivos de intervenção do PDM actual visavam garantir a acessibilidade e mobilidade a todos os aglomerados de perímetros urbanos e espaços culturais, assegurando as ligações entre si e a sede do concelho. Refere ainda que, à data de elaboração do Plano, os sistemas de transportes públicos são os adequados e de aceitável qualidade face às necessidades da procura.

No entanto, pretende-se, ainda, uma intervenção no sentido de melhorar as condições de segurança nessas mesmas vias, apesar de 90% destas se encontrarem em bom estado de conservação.

À data de elaboração do actual PDM, e relativamente ao sistema de captação e adução, se bem que adequado às actuais necessidades das populações servidas, apresenta alguns problemas pelo facto de não estar na dependência das autoridades municipais, que não detêm, assim, o controle da sua evolução. Deste modo não é possível, por exemplo, determinar com rigor as reservas de capacidade das captações.

Por outro lado, registavam-se, nesta data, algumas deficiências ao nível da qualidade da água, devido ao seu excessivo teor em ferro, que levantam dúvidas sobre a possibilidade de manter a localização das captações por muito mais tempo.

Na questão relativa à drenagem de águas pluviais e residuais, o PDM em vigor refere que, à data da sua elaboração, as redes existentes no concelho efectuam apenas a drenagem de esgotos domésticos e pluviais, dado que não existiam no concelho instalações industriais geradoras de efluentes em quantidade e qualidade que justificassem estações de tratamento próprias.

As redes e estações de tratamento existentes nesta data, nomeadamente as que se localizam nas zonas ribeirinhas inundáveis em caso de cheias do Rio Tejo, estão sujeitas as solicitações extremas muito gravosas, em termos de caudais e pressões,

sempre que estas situações ocorrem, pelo que necessitam de cuidados especiais em termos de construção e materiais utilizados.

Tal como se verificava com as redes de abastecimento de água, parte das infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais pertencem às autoridades militares, que permitem, mediante acordos estabelecidos, a sua utilização por parte da Câmara Municipal.

Prevê este Regulamento, como perspectiva de evolução, a realização dos seguintes projectos:

- Reconstrução e ampliação da rede de águas pluviais de Vila Nova da Barquinha, muito antiga e em estado de acentuada degradação;
- Conclusão da rede de águas pluviais da localidade da Praia do Ribatejo;
- Ampliação da ETAR comum à Barquinha e ao Entroncamento.

Também a construção da Zona Industrial do concelho implicaria a ampliação da rede colectora da Moita do Norte, bem como obrigar a eventual instalação de estações de tratamento de efluentes industriais.

No que diz respeito à recolha de resíduos sólidos, o actual plano informa que a mesma se processa em todo o concelho, através da utilização de contentores próprios para esse efeito, e encaminhados para a lixeira, que se situava próxima da localidade da Moita. Com a construção do aterro sanitário, prevê este, Diploma, que o problema da eliminação dos resíduos ficaria resolvido a curto prazo.

Para a área dos equipamentos, os principais objectivos visam essencialmente a correcção de assimetrias na utilização destes mesmos equipamentos.

3.5. DEFICIÊNCIAS DO ACTUAL PDM

O actual PDM apresenta deficiências, na sua maioria decorrentes da informação e procedimentos em vigor à data da sua elaboração. Estas deficiências revelam-se ao nível de dos seus principais conteúdos.

3.5.1. Regulamento

O actual PDM apresenta as seguintes omissões/incorrecções:

- As edificações isoladas em espaços não urbanos só podem ser construídas não havendo lugar a destaques, se a sua área tiver, no mínimo, 5.000 m². No entanto, se houver destaque, poderão ter 1.000 m², o que é manifestamente desadequado e originou a proliferação de lotes de 1.000 m² com construções em Espaços Florestais.
- Não são definidos índices de construção em Espaços Naturais.
- Redutor na edificabilidade em espaços urbanos, nomeadamente com a imposição de manutenção de cérceas e planos marginais, condicionantes que deveriam efectivar-se em planos de pormenor e não em PDM.
- Redutor na edificabilidade de áreas de equipamento com a aplicação dos parâmetros de edificabilidade e condicionamentos dos espaços urbanos a esta classe de espaços.
- Discrepância entre índices de construção.

3.5.2. Planta de Ordenamento

.Relativamente à Planta de Ordenamento, verificam-se as seguintes omissões:

- Alguns núcleos de construções homogéneos não foram incluídos no perímetro urbano.
- Não há propostas de rede viária, acessibilidades e regras de estacionamento.
- Não há propostas de localização de equipamentos públicos.
- Não há tipologias de ocupação nas áreas urbanizáveis.

3.5.3. Planta de Condicionantes

Nesta Planta, não se encontram assinaladas as áreas de construção condicionada ou interdita, nomeadamente, caminho-de-ferro, edifícios classificados, vias de comunicações, entre outros.

3.5.4. Omissões de Carácter Geral

No actual PDM em vigor, assinalam-se ainda as seguintes omissões:

- Definição de uma estrutura viária hierarquizada.
- Identificação dos equipamentos colectivos fundamentais e definição de novos equipamentos.
- Definição de regras para evitar a construção dispersa em Espaços Florestais.
- Definição das condições de edificabilidade em Espaços Florestais onde já existem construções, nomeadamente quanto a dimensão dos terrenos é inferior a 5.000 m².

- Identificação dos espaços de indústria extractiva.
- Localização de áreas industriais existentes e futuras áreas de expansão.
- Identificação de equipamentos turísticos e definição de novas localizações.

4. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

4.1. OCUPAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

Um dos métodos adoptados para diferenciar as diferentes freguesias do concelho foi a tipologia definida pelo INE e que agrupa as freguesias em três tipologias fundamentais: as predominantemente rurais, as medianamente urbanas e as predominantemente urbanas (Anexo II).

Como se poderá facilmente verificar por análise dos dados da Tabela 1.7., o Concelho de Vila Nova da Barquinha não possui Áreas Predominantemente Rurais, tal como definido pela 158ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística. As freguesias medianamente urbanas referem-se às freguesias da Praia do Ribatejo e Tancos. As freguesias de Atalaia, Vila Nova da Barquinha e Moita do Norte são classificadas, segundo esta Deliberação, como Áreas Predominantemente Urbanas.

Tabela 1.7 População Residente e Densidade Populacional

FREGUESIA	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO RESIDENTE	DENSIDADE POPULACIONAL
Atalaia	14,3	1.735	121,3
Praia do Ribatejo	20,6	2.087	101,3
Tancos	3,9	295	75,6
Vila Nova da Barquinha	4,2	1.426	339,5
Moita do Norte	6,8	2.067	304,0

Fonte: Censos 2001

4.1.1. Edificado e habitação (1991-2001)

4.1.1.1. Variação do edificado

A análise do edificado é um dos aspectos cada vez mais importantes que deve ser tido em conta no processo de planeamento actual. A sua importância relaciona-se com a presença cada vez mais vincada de uma sociedade de redes, sociedade esta que tem uma tradução espacial, mas, acima de tudo, cuja presença justifica cada vez mais o nível de vida das populações.

De acordo com os dados do actual PDM, o Concelho de Vila Nova da Barquinha detinha, em 1981, um parque edificado constituído por 2.585 edifícios, aos quais correspondiam 2.926 alojamentos familiares, distribuídos pelas 5 freguesias que o constituem.

Nesta distribuição, o povoamento concentra-se nos principais aglomerados urbanos, sedes de freguesias, embora existam áreas de dispersão com núcleos de pequena dimensão.

A morfologia urbana é assim marcada pela localização das principais vias de comunicação, nomeadamente de ligação aos pólos extra-concelhios e dos portos fluviais.

A tipologia dominante é unifamiliar mas, conforme a sua localização, verificam-se dois tipos de habitação: no interior, os edifícios têm uma estrutura térrea e constituem as construções mais antigas e típicas; nas zonas ribeirinhas, os edifícios têm mais do que um pisoe o primeiro é normalmente destinado a funções não residenciais.

A informação referente a 1981 indica que as carências qualitativas do parque habitacional não eram muito intensas verificando-se, no entanto, maiores deficiências qualitativas, nomeadamente nas instalações sanitárias e de banho e na rede pública de saneamento.

Os indicadores de 1991 não demonstram grandes mudanças de comportamento, embora se verifique uma redução na dimensão média dos agregados familiares e no número de ocupantes dos alojamentos, especialmente nas freguesias de Tancos e Vila Nova da Barquinha, o que fez com que a média concelhia diminuísse bastante.

Estas evidências são demonstradas na Tabela 1.8.

Tabela 1.8 Indicadores Médios de Ocupação (1981 e 1991)

FREGUESIAS	PES/FAM		PES/ALOJ		FAM/ALOJ		ALOJ/EDIF	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Atalaia	3.2	3.2	3.2	2.4	1.0	0.7	1.1	1.1
Praia Ribatejo	3.6	3.1	3.7	2.1	1.0	0.7	1.2	1.1
Tancos	3.4	2.8	3.4	2.0	1.0	0.7	1.2	1.1
VN Barquinha	3.2	2.5	3.2	2.5	1.0	1.0	1.2	1.3
Moita do Norte	-	2.9	-	2.6	-	0.9	-	1.1
Concelho	3.3	3.0	3.4	2.3	1.0	0.8	1.1	1.1

Fonte: PDM de Vila Nova da Barquinha

Resultado do aumento da população total no Concelho, os valores de 2001, de acordo com os dados do INE, mostram um acréscimo nestes valores, obtendo-se um total de 3.184 edifícios, aos quais correspondem 3.789 alojamentos familiares, distribuídos pelas 5 freguesias de acordo com a Tabela 1.9.

Tabela 1.9 Distribuição de Alojamentos/Edifícios por Freguesia.

FREGUESIAS	ÁREA (KM ²)	ALOJAMENTOS FAMILIARES	EDIFÍCIOS
Atalaia	14,3	773	725
Praia Ribatejo	20,6	1.062	966
Tancos	3,9	142	125

VN Barquinha	4,2	804	518
Moita do Norte	6,8	1.008	850
Concelho		3.789	3.184

Fonte: INE (Censos 2001)

Na Figura 5 apresenta-se o mapa do concelho com a representação do edificado.



Figura 5 Distribuição do edificado no concelho (Fonte: CMVNB, 2006)

4.1.1.2. Idade do parque habitacional

A idade do edificado é um elemento importante na caracterização do parque habitacional, pelos aspectos estruturais e condições de habitabilidade que estão associados às diferentes épocas. O estado de conservação e a existência de instalações complementares nos alojamentos são componentes que estão relacionados com o período de construção.

Desta forma, verifica-se que, no Concelho de Vila Nova da Barquinha, 61,5% dos edifícios são de construção anterior a 1961, ou seja, com mais de 50 anos. À data da elaboração do actual PDM, a distribuição geográfica dos edifícios era bastante desequilibrada, concentrando-se, a maioria, nas freguesias de Atalaia e Praia do Ribatejo. Estes, correspondiam a 79% do total de edifícios. Em 1991, a freguesia de Moita do Norte apresentava-se como a segunda freguesia possuindo maior número de edifícios (provavelmente causa do decréscimo verificado na Atalaia).

4.1.1.3. Disponibilidade de solo urbano

De forma a ser possível efectuar um correcto ordenamento do território e a aferir quais as verdadeiras necessidades e campos prioritários a actuar, torna-se necessário perceber de que forma se está a processar a ocupação do solo e tentar equacionar até que ponto os limites dos perímetros urbanos existentes são adequados e/ou suficientes para o crescimento dos mesmos.

A análise efectuada teve como base os mapas que evidenciam a relação do edificado existente com o Perímetro Urbano, elaborados pelo município em 2006, a partir dos quais, mediante a construção existente e o respectivo perímetro urbano, por observação directa, é possível aferir acerca da maior ou menor disponibilidade de solo urbano.

Assim, os perímetros urbanos de Atalaia, Moita do Norte e Vila Nova da Barquinha são os que apresentam maior disponibilidade de solo, uma vez que são os que possuem maior percentagem de espaços urbanizáveis.

Já os perímetros urbanos de Tancos, Praia do Ribatejo e Madeiras, apresentam uma disponibilidade de espaço urbano média a reduzida, sendo esta nula nos perímetros urbanos de Limeiras, Matos, Cafuz e Vale da Amoreira

Estas observações são evidenciadas no Anexo III do presente documento.

De facto, à luz dos dados actuais, e de acordo com a Tabela 1.10, verifica-se que em apenas cerca de 14 ha houve operações urbanísticas de loteamento, pelo que praticamente se mantêm os valores do actual PDM.

Tabela 1.10 Reservas disponíveis de solo urbano.

FREGUESIA	ÁREA TOTAL (HA)	ESPAÇOS URBANIZÁVEIS (HA)	ESPAÇOS URBANOS (HA)
Praia do Ribatejo	181,08	31,77	149,31
Tancos	23,94	11,81	12,13
Atalaia/Moita do Norte/VN Barquinha	476,08	246,08	230,00

Fonte: CMVNB, 2006

4.1.2. Acessibilidades e transportes

4.1.2.1. Principais eixos rodoviários

Em qualquer município deverá existir uma complementaridade e uma correcta hierarquia, em termos de classificação e de funções, entre a chamada rede nacional, onde se incluem as Auto-Estradas, os Itinerários Principais e os Itinerários

Complementares, e a Rede Complementar, da qual fazem parte as estradas municipais, os caminhos municipais e os arruamentos municipais.

Em relação a acessibilidades, o Concelho é atravessado por algumas vias estruturantes de elevada importância, de que são exemplo, a Auto-Estrada n.º 23, a qual faz a ligação a Castelo Branco e Espanha.

A localização privilegiada do Concelho, no Centro do País e junto à faixa litoral, onde se situam os principais pólos de desenvolvimento e vias de comunicação nacionais, confere-lhe, à partida, boas condições em termos de acessibilidade rodoviária, nomeadamente devido à proximidade de um dos nós de acesso (nó de Torres Novas) à Auto-Estrada n.º 1, a qual faz a ligação Lisboa-Porto.

Por outro lado, o facto de um dos limites do Concelho (a Sul) ser formado pelo Rio Tejo constitui uma barreira natural ao estabelecimento de ligações com a respectiva margem esquerda, situação que tem reflexos negativos, principalmente ao nível das ligações de carácter local.

Das referidas ligações principais do Concelho à rede viária exterior as duas mais importantes são efectuadas pela EN3, que atravessa o Concelho segundo uma direcção aproximadamente Leste-Oeste e que assegura a maior parte das ligações de nível superior, nomeadamente:

a) No sentido Leste-Oeste

Ligações de nível nacional: Lisboa, Porto, Setúbal, Litoral Centro, Norte e Algarve

Ligações de nível regional: Santarém, sub-região do Oeste, Fátima e Leiria

Ligações de nível local: Torres Novas, Entroncamento, Golegã e Chamusca

b) No sentido Oeste-Leste

Ligações de nível internacional: fronteiras de Vilar Formoso e Caia

Ligações de nível nacional: Beira Interior e Alentejo

Ligações de nível regional: Castelo Branco, Portalegre e Évora

Ligações de nível local: Abrantes e Constância

Outra ligação ao exterior igualmente muito importante é constituída pela EN 110, que se localiza na zona Oeste do Concelho e se dirige para Norte, efectuando ligações de nível nacional – Coimbra, regional – Fátima, Leiria e Sub-região do Pinhal Interior, e local – Tomar.

Ligações idênticas são efectuadas, mas a partir da zona Leste do Concelho, pela EN 358-1, que vai entroncar na EM 110 já fora dos limites do Concelho.

As ligações secundárias ao exterior do Concelho são asseguradas por diversas Estradas Municipais, merecendo destaque a que é constituída pela EM 542, objecto de trabalhos recentes de melhoria da via, dadas as suas funções de ligação entre a zona Nordeste do Concelho e o vizinho Concelho de Tomar, sendo inclusivamente utilizada por algumas carreiras de transporte colectivo.

4.1.2.2. Rede Ferroviária

Relativamente à rede ferroviária, o Concelho é servido por um troço da Linha do Leste, entre o Entroncamento e a Praia do Ribatejo, com cerca de 11,5 km, no qual existem três estações – Barquinha, Almourol e Praia do Ribatejo, e um apeadeiro – Tancos. Este serviço de transporte tem ligação principal à Linha do Norte, no Entroncamento, e também a Abrantes, onde entronca a Linha da Beira Baixa.

4.1.3. Equipamentos e infra-estruturas

No que respeita à análise das infra-estruturas do Concelho de Vila Nova da Barquinha, optou-se por se efectuar uma breve caracterização da sua distribuição espacial, à escala da freguesia, de forma a evidenciar as principais carências ao nível dos vários sectores: educação, saúde e desporto.

4.1.3.1. Distribuição espacial dos equipamentos

Relativamente aos equipamentos relacionados com a educação, verifica-se que, em 1991, existiam no Concelho, 7 escolas a ministrar o ensino pré-primário, 4 das quais a funcionar em instalações provisórias ou em mau estado de conservação, localizadas nos aglomerados de Praia do Ribatejo, Limeiras, Casal dos Pintainhos e Tancos.

Em relação ao 1º ciclo do ensino básico, verifica-se que todas as freguesias do Concelho se encontram cobertas a 100%, o mesmo não acontecendo com os 2º e 3º ciclo do ensino básico, onde se considerou que a área de influência abrangia um território físico e populacional de dois conjuntos de freguesias: Atalaia/Moita do Norte/Vila Nova da Barquinha e Praia do Ribatejo/Tancos.

Relativamente ao ensino secundário, o Concelho dispõe de 1 escola secundária que fornece uma cobertura a 100% das 5 freguesias.

No que respeita à distribuição dos equipamentos relacionados com a saúde, constata-se que existe apenas um centro de saúde que serve a totalidade do concelho, ao passo que, de acordo com os dados dos Censos de 2001, existem actualmente no Concelho 3 extensões de saúde (1 na Atalaia – Vila Nova da Barquinha e 2 na freguesia de Praia do Ribatejo – Limeiras e Praia e do Ribatejo). Relativamente às farmácias, existem no Concelho apenas 2, localizadas nas freguesias de Vila Nova da Barquinha e Praia do Ribatejo, que garantem a cobertura das 5 freguesias.

Ao efectuar uma análise da distribuição dos equipamentos desportivos no concelho, é possível observar maior homogeneidade relativamente aos equipamentos relacionados com a saúde ou a educação. De facto, todas as freguesias se encontram equipadas com campos de futebol/campo de jogos.

4.2. DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Para a análise da dinâmica demográfica do concelho de Vila Nova da Barquinha, recorreu-se aos dados disponíveis dos dois últimos recenseamentos, de 1991 e de 2001. A análise foi efectuada ao nível de desagregação da freguesia.

4.2.1. Variação populacional

4.2.1.1. Enquadramento Territorial

Para a análise da evolução da população do concelho de Vila Nova da Barquinha entre os anos de 1991 e 2001, foi efectuada uma comparação com os concelhos vizinhos, enquadrando-os, posteriormente, em unidades territoriais mais abrangentes, nomeadamente na região de Lisboa e Vale do Tejo e na NUT III (Médio Tejo).

Assim, verifica-se que o concelho de Vila Nova da Barquinha apresenta, em 1991, uma população total de 7.553 habitantes, passando esta, em 2001, para um total de 7.610 habitantes, o que equivale a um crescimento populacional de 0,8%.

Ao se efectuar a comparação deste crescimento com o dos concelhos vizinhos verifica-se que, relativamente aos concelhos de Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar e Torres Novas, nos quais se verificaram perdas populacionais, Vila Nova da Barquinha encontra-se numa situação favorável. No entanto, este crescimento é inferior ao registado no concelho de Alcanena e bastante inferior ao registado nos concelhos de Ourém (15%) e Entroncamento (27,8%).

Estes dados podem ser verificados na Tabela 1.11.

Tabela 1.11 População total, densidade populacional e taxa de crescimento populacional, em Vila Nova da Barquinha e concelhos limítrofes

CONCELHO	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO 2001-1991	
	2001	1991	TOTAL	%
Abrantes	42.235	45.697	-3.462	-7.6
Alcanena	14.600	14.373	227	1.6
Constância	3.815	4.170	-355	-8.5
Entroncamento	18.174	14.226	3.948	27.8
Ferreira do Zêzere	9.422	9.954	-532	-5.3
Ourém	46.216	40.185	6.031	15.0
Sardoal	4.104	4.430	-326	-7.4
Tomar	43.006	43.139	-133	-0.3
Torres Novas	36.908	37.692	-784	-2.1
Vila Nova da Barquinha	7.610	7.553	57	0.8

Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Enquadrando, agora, o concelho de Vila Nova da Barquinha na região de Lisboa e Vale do Tejo, constata-se que o seu crescimento (0,8%) se revela bastante inferior ao desta região (5,4%) e ao verificado na NUT III (2,1%).

No que se refere à densidade populacional, os valores registados, em 1991 e 2001, são reveladores de um aumento de população apenas nas freguesias de Atalaia e Vila Nova da Barquinha, tal como se pode verificar na Tabela 1.12.

Tabela 1.12 Densidade Populacional, 1991-2001

FREGUESIA	DENSIDADE POPULACIONAL HAB/KM ²		TAXA DE VARIACÃO
	1991	2001	
Atalaia	117,2	121,31	3,42
Praia do Ribatejo	108,6	101,35	-7,34
Tancos	77,18	75,79	-1,30
Vila Nova da Barquinha	203,6	338,72	67,00
Moita do Norte	365,15	305,43	-12,36

Fonte: CMVNB, 2006

4.2.1.2. Análise desagregada 1991

De acordo com o Recenseamento Populacional de 1991, o concelho de Vila Nova da Barquinha apresentava 7.553 habitantes, contando-se entre as freguesias mais povoadas Praia do Ribatejo, com um total populacional de 2.238, o que representa 30% do total do concelho, e Moita do Norte, com 2.483 habitantes, representando 33% do total do concelho.

A freguesia menos povoada é Tancos, com 301 habitantes, o que equivale a 4% do total do concelho.

Na Figura 6 apresenta-se a distribuição da população residente, por freguesia, em 1991.

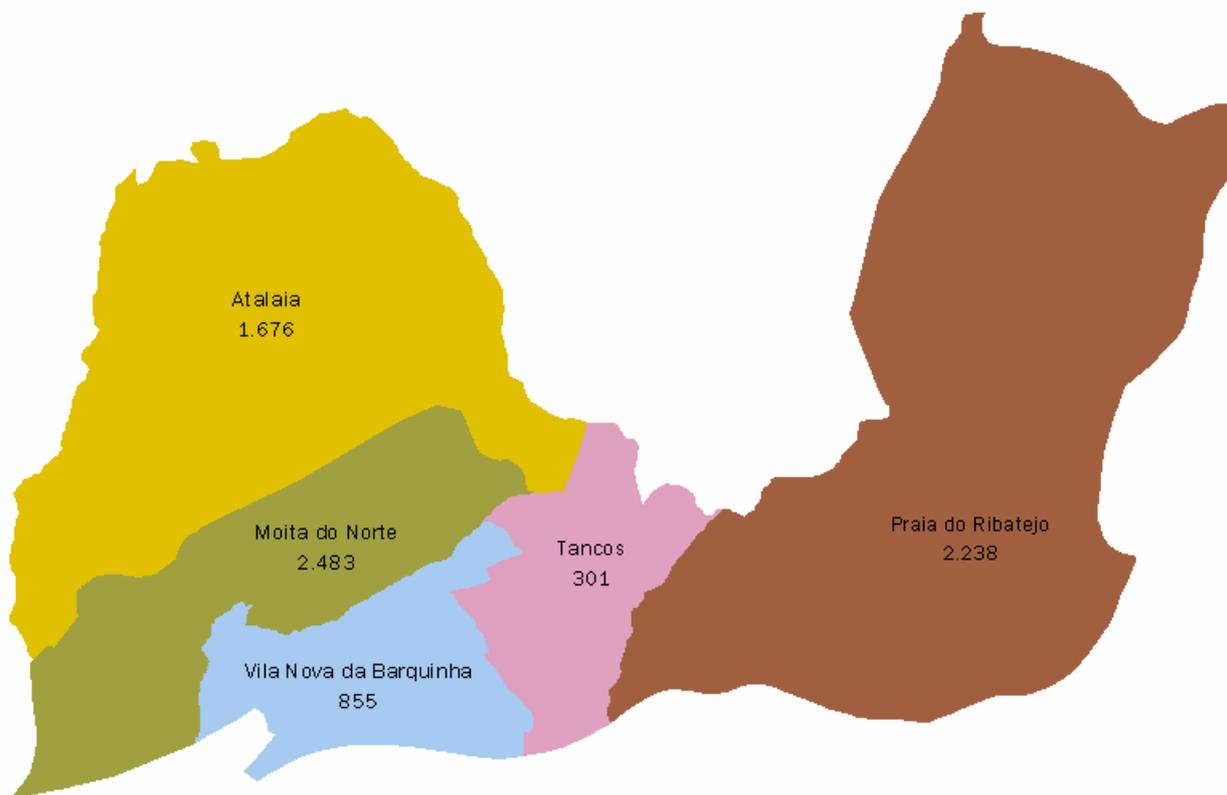


Figura 6 População Residente, por freguesia, em 1991 (Fonte: CMVNB)

Para uma melhor compreensão da população, não é suficiente apenas conhecer o total populacional, mas acima de tudo perceber como é que essa população se encontra distribuída no espaço. Para isso é importante conhecer a área das freguesias e proceder ao cálculo das densidades, para que seja possível perceber a maior ou menor concentração da população nessas freguesias.

Será de destacar que nem sempre as freguesias mais povoadas serão as mais densificadas e vice-versa. Para além disto, importa salientar que a maior ou menor concentração populacional poderá ter diferentes impactos no território. Assim, por este

motivo, as densidades deverão ser alvo de tratamento durante um processo de planeamento e/ou ordenamento territorial.

Desta forma, salienta-se que a densidade populacional média do concelho para esta data apresenta valores muito díspares entre as diversas freguesias.

Assim, com a excepção da freguesia de Moita do Norte, que apresenta o maior total populacional e, ao mesmo tempo a densidade mais elevada, verifica-se que, em termos de população residente se destaca, claramente, a freguesia de Praia do Ribatejo, com 2.238 habitantes (segunda freguesia mais povoada), mas que apresenta uma densidade populacional inferior às freguesias de Vila Nova da Barquinha e da Atalaia, sendo da ordem dos 108, 6 hab/km². Este facto deve-se à sua maior dimensão originar uma menor densidade populacional.

Caso oposto se verifica com a freguesia de Vila Nova da Barquinha, que apesar de possuir apenas 855 habitantes, apresenta uma densidade de 203,60 hab/km².

A freguesia de Tancos é a que apresenta o menor número de habitantes e a densidade populacional mais baixa.

De uma forma geral, poderá aferir-se que as freguesias que apresentam maior densidade populacional são as que se localizam mais próximo do Entroncamento.

Na figura 7 pode verificar-se a distribuição das densidades populacionais por freguesia, em 1991.

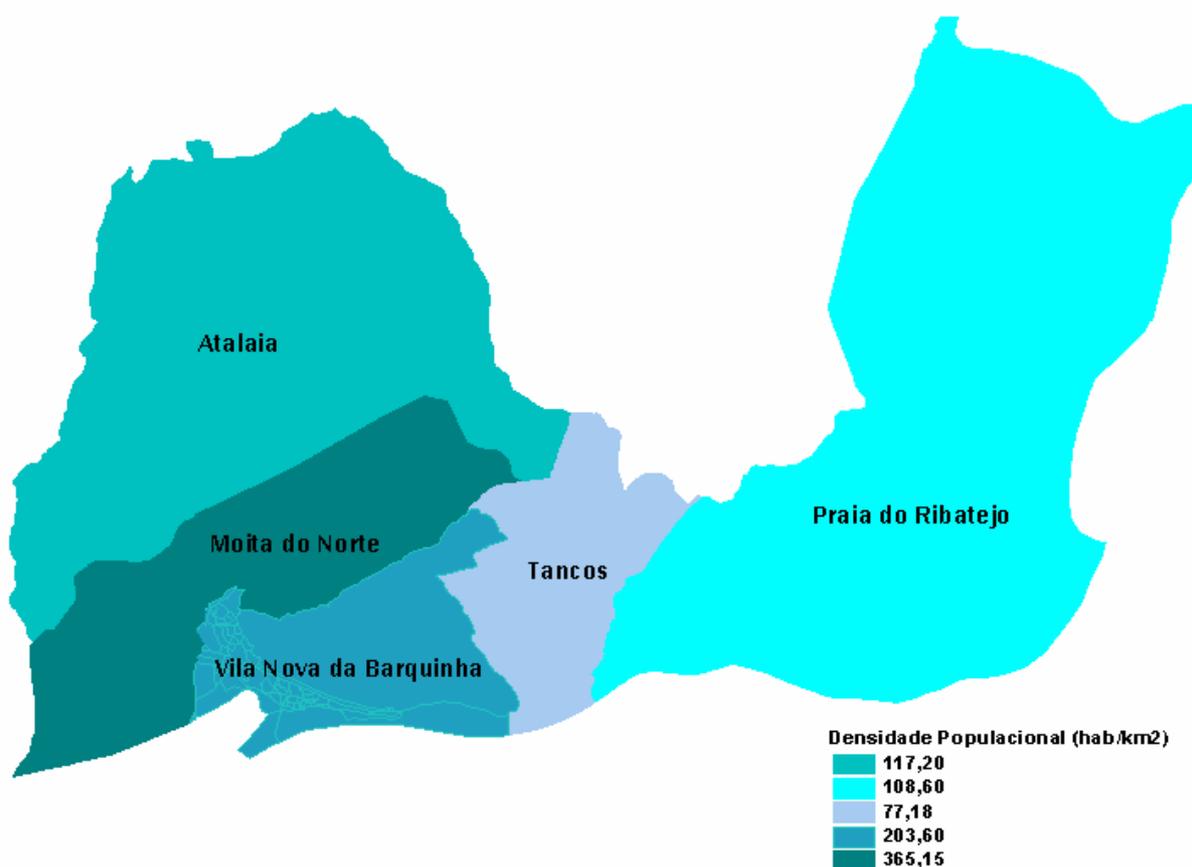


Figura 7 Densidade Populacional, por freguesia, em 1991 (Fonte: CMVNB)

4.2.1.3. Análise desagregada 2001

Em 2001, o total da população do concelho é de 7.610 habitantes, sendo a freguesia mais povoada Praia do Ribatejo, com 2.087 habitantes, o que corresponde a 27% do total do concelho. Igualmente com a mesma percentagem surge a freguesia de Moita do Norte, com 2.067 habitantes.

A freguesia menos povoada é Tancos, com 295 habitantes, a que correspondem apenas 4% do total do concelho.

Curiosamente, a sede do concelho, freguesia de Vila Nova da Barquinha, é a que apresenta a segunda população mais baixa, com 1.426 habitantes, a que correspondem 19% do total do Concelho.

Na Figura 8 apresenta-se a distribuição da população residente, por freguesia, em 2001.

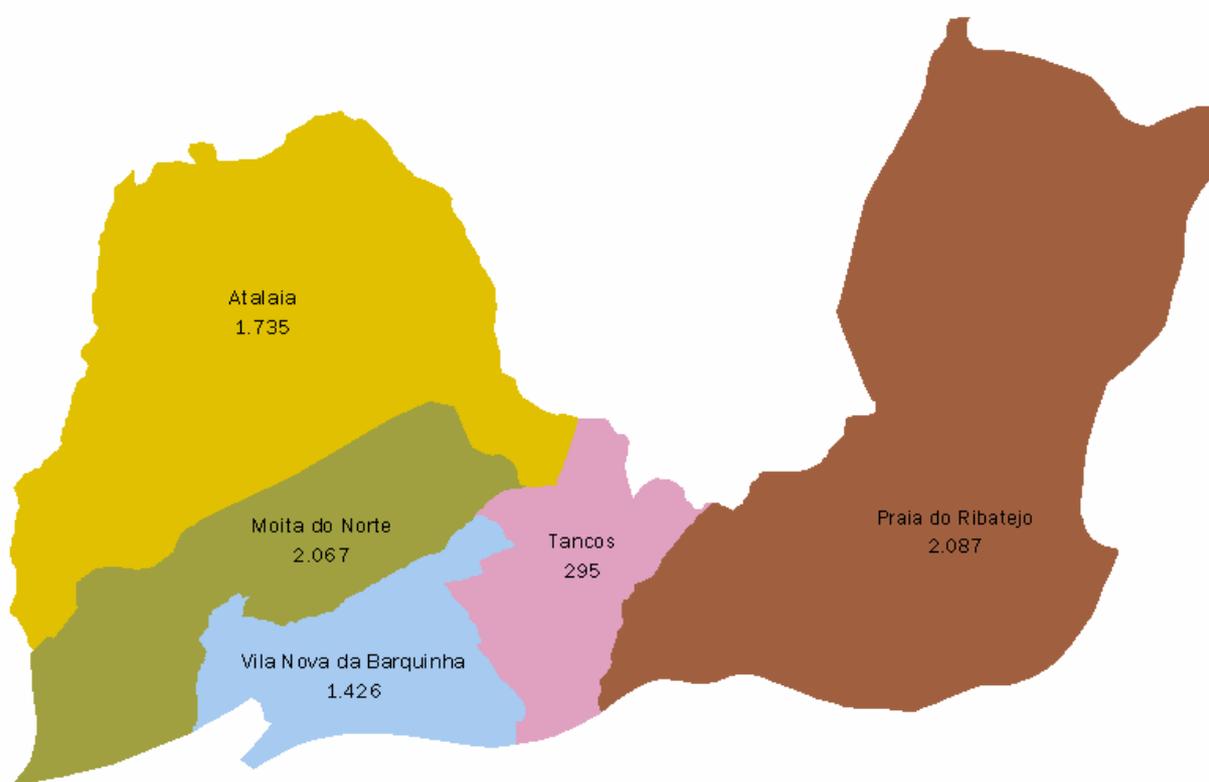


Figura 8 População Residente, por freguesia, em 2001 (Fonte: CMVNB)

Relativamente à densidade populacional, em primeiro lugar é importante referir que a densidade populacional média do concelho é de 155,03 hab/km², em 2001.

Em segundo lugar, constata-se, mais uma vez, que nem sempre as freguesias mais povoadas correspondem às mais densificadas.

De facto, apesar da freguesia de Vila Nova da Barquinha apresentar a segunda população mais baixa, é a que apresenta maior densidade populacional, cerca de 338,72 hab/km². A freguesia de Praia do Ribatejo, que apresenta maior número de habitantes, cerca de 2.087, apresenta a segunda densidade populacional mais baixa, 101,35 hab/km². Este facto deve-se, novamente, à sua maior dimensão originar uma menor densidade populacional.

Na figura 9 pode verificar-se a distribuição das densidades populacionais por freguesia, em 2001.

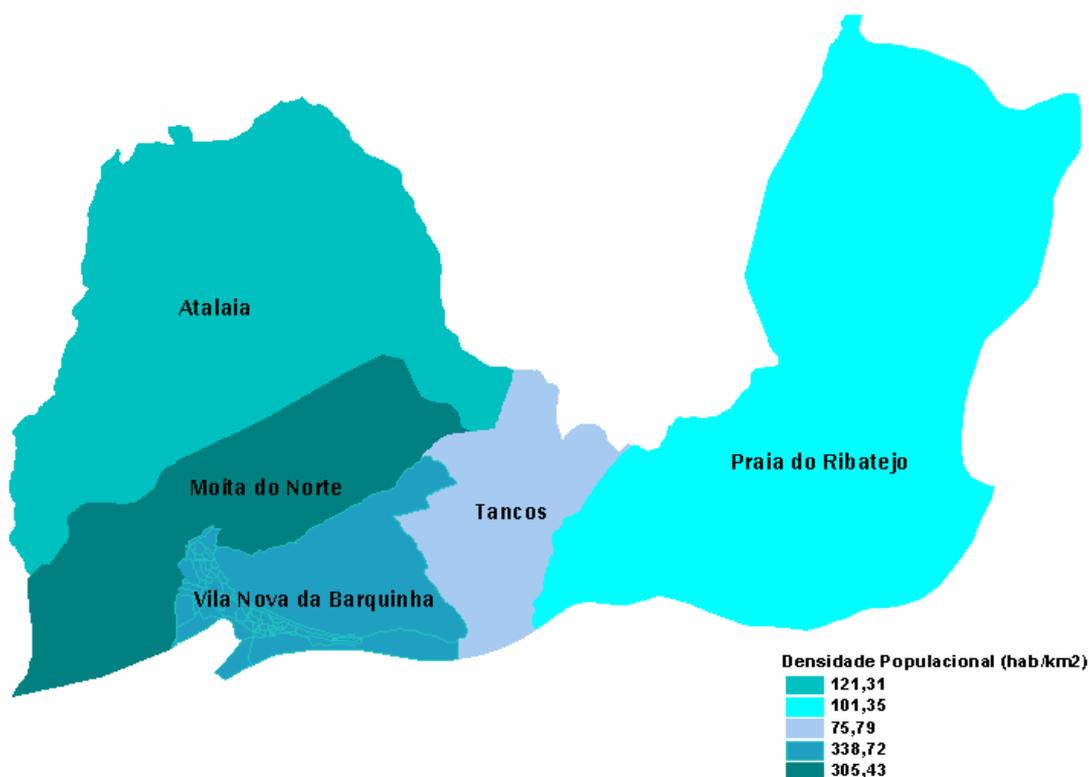


Figura 9 Densidade Populacional, por freguesia, em 2001 (Fonte: CMVNB)

4.2.1.4. Análise global da variação populacional (1991-2001)

Efectuando um balanço global entre os resultados dos dois períodos analisados, verifica-se que, de 1991 para 2001, a população residente no concelho de Vila Nova da Barquinha registou um crescimento de 0,8%, tendo-se verificado um aumento da população das freguesias da Atalaia e de Vila Nova da Barquinha.

A população diminuiu neste período nas freguesias de Praia do Ribatejo, Tancos e Moita do Norte.

No entanto, não deixa de ser importante referir que as freguesias mais povoadas se encontram na vizinhança do Entroncamento.

Relativamente à variação dos totais populacionais, o concelho registou uma variação populacional positiva, de 0,8%. No entanto, registaram-se crescimentos bastante diferenciados.

De facto, em 2001, o crescimento mais notório verificou-se na freguesia de Vila Nova da Barquinha, com uma taxa de variação da ordem dos 67% e, a maior diminuição, verificou-se na freguesia de Moita do Norte, com uma taxa de -12,36%.

Apenas a Atalaia e Tancos demonstraram uma certa estabilidade em termos populacionais.

Na Tabela 1.13 apresentam-se os valores de população residente, densidade populacional e taxa de variação, para 1991 e 2001.

Tabela 1.13 População Residente, Densidade Populacional e taxa de variação, 1991-2001

FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE		DENSIDADE POPULACIONAL HAB/KM ²		TAXA DE VARIAÇÃO
	1991	2001	1991	2001	
Atalaia	1.676	1.735	117,2	121,3	3,42
Praia do Ribatejo	2.238	2.087	108,6	101,3	-7,34
Tancos	301	295	77,2	75,6	-1,30
Vila Nova da Barquinha	855	1.426	203,6	339,5	67,00
Moita do Norte	2.483	2.067	365,1	304,0	-12,36

Fonte: CMVNB, 2006

4.2.2. Estrutura etária

Para uma melhor compreensão da forma como a população do concelho se encontra estruturada, torna-se importante efectuar, também, a sua análise ao nível da estrutura etária.

Para a análise da estrutura etária da população, considerou-se a divisão da população que é normalmente utilizada neste tipo de abordagem, em três grandes grupos etários, isto é, a população dos 0 aos 13 anos (população jovem), dos 14 aos 64 anos (adultos e/ou potencialmente activa) e a população com mais de 65 anos (população idosa).

Esta análise foi elaborada com base nos recenseamentos de 1991 e 2001.

Tabela 1.14 Estrutura etária da população por freguesia.

FREGUESIA	0-13 ANOS		14-64 ANOS		> 65 ANOS		TOTAL		%	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Atalaia	288	219	1196	1235	192	281	1676	1735	22%	23%
Praia do Ribatejo	337	281	1519	1311	382	495	2238	2087	30%	27%
Tancos	40	38	200	193	61	64	301	295	4%	4%
Vila Nova da Barquinha	118	172	590	930	147	324	855	1426	11%	19%
Moita do Norte	407	255	1728	1421	348	391	2483	2067	33%	27%
TOTAL	1190	965	5233	5090	1130	1555	7553	7610		

Da análise da Tabela 1.14 é possível aferir que, embora pouco significativo, a população residente no Concelho aumentou, de 7.553 habitantes em 1991, para 7.610 habitantes em 2001. Este aumento foi mais expressivo nas Freguesias da Atalaia e de Vila Nova da Barquinha, tendo as Freguesias de Praia do Ribatejo e Moita do Norte diminuído a sua população.

No entanto, este aumento verificou-se à custa do aumento do índice de envelhecimento da população, verificada em todas as freguesias do Concelho, tendo-se assistido a uma diminuição da população jovem (de 1.190 para 965 habitantes) e da diminuição da população adulta (de 5.233 para 5.090 habitantes).

Verifica-se que a população activa é cerca de 60% da população total em todas as freguesias, sendo, no entanto, superior nas freguesias de Atalaia, Praia do Ribatejo e Moita do Norte.

Gráfico 1.2 Estrutura Etária da População (Censos 1991)

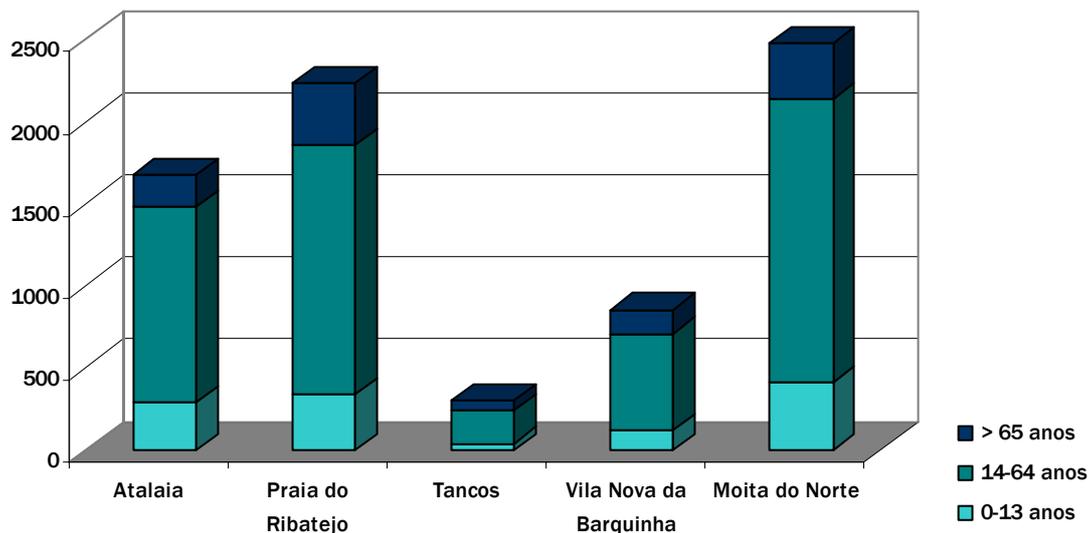
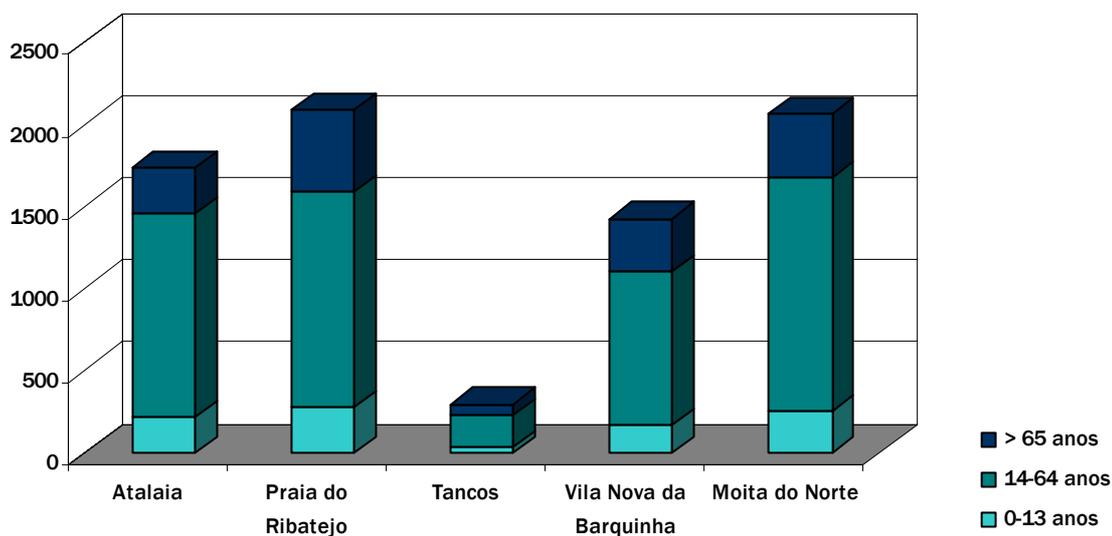


Gráfico 1.3 Estrutura Etária da População (Censos 2001)



4.2.2.1. Análise desagregada 1991

Relativamente à estrutura etária da população do concelho de Vila Nova da Barquinha, mais uma vez se encontram assimetrias assinaláveis entre as diferentes freguesias.

Em 1991, a percentagem de população jovem (0-13 anos) é de 16%. No entanto, de entre as freguesias com uma maior percentagem de população nesta faixa, destacam-se, sobretudo, a Moita do Norte, com 34%, seguida da Praia do Ribatejo, com 28% e Atalaia, com 24%. A freguesia de Vila Nova da Barquinha apresentava 10% do valor total do concelho, sendo a percentagem mais baixa a referente à freguesia de Tancos, com apenas 3% do total do concelho.

Relativamente à população em idade activa (14 a 64 anos), a distribuição mantém-se igual. De facto, a maior percentagem de população encontra-se nas freguesias da Moita do Norte, seguida das freguesias de Praia do Ribatejo, Atalaia, Vila Nova da Barquinha e, por último, Tancos.

O mesmo acontece com a análise da percentagem de população idosa (com mais de 65 anos), ou seja, as maiores percentagens verificam-se nas freguesias de Moita do Norte e Praia do Ribatejo, seguida das freguesias de Atalaia, Vila Nova da Barquinha e, por último, a freguesia de Tancos.

A Tabela 1.15 apresenta os valores destas percentagens, face ao total de 7.553 habitantes, por freguesia, em 1991.

Tabela 1.15 Estrutura etária da população por freguesia, 1991 (em percentagem)

FREGUESIA	0-13 ANOS	14-64 ANOS	> 65 ANOS
Atalaia	24%	23%	17%
Praia do Ribatejo	28%	29%	34%
Tancos	3%	4%	5%
Vila Nova da Barquinha	10%	11%	13%
Moita do Norte	34%	33%	31%

4.2.2.2. Análise desagregada 2001

Em 2001, a percentagem de população jovem do concelho é de 13%, sendo que de entre as freguesias com uma população mais jovem, destaca-se Praia do Ribatejo, seguida das freguesias de Moita do Norte, Atalaia, Vila Nova da Barquinha e, por último, Tancos.

Relativamente à população potencialmente activa, ou seja, que se situa entre os 14 e os 64 anos, os maiores valores encontram-se na freguesia de Moita do Norte, seguida das freguesias de Praia do Ribatejo e Atalaia, e por fim, Vila Nova da Barquinha e Tancos.

No que diz respeito à população idosa, Praia do Ribatejo é a freguesia que apresentam uma percentagem superior de idosos, face aos restantes grupos etários. De facto, à excepção da Atalaia e Moita do Norte, em todas as outras freguesias se verifica uma percentagem de idosos superior aos restantes grupos.

A Tabela 1.16 apresenta os valores destas percentagens, face ao total de 7.610 habitantes, por freguesia, em 2001.

Tabela 1.16 Estrutura etária da população por freguesia, 2001 (em percentagem)

FREGUESIA	0-13 ANOS	14-64 ANOS	> 65 ANOS
Atalaia	23%	24%	18%
Praia do Ribatejo	29%	26%	32%
Tancos	4%	4%	4%
Vila Nova da Barquinha	18%	18%	21%
Moita do Norte	26%	28%	25%

4.2.2.3. Análise global da variação da estrutura etária (1991-2001)

Relativamente aos totais concelhios verificados neste período, constata-se uma tendência, anteriormente referida, de diminuição da população jovem, cujo valor passa, de 1.190 em 1991, para 965 em 2001.

O mesmo se verifica em relação à população potencialmente activa, dos 14 aos 64 anos, assistindo-se a uma diminuição de 143 indivíduos, no período entre 1991 e 2001. Esta diminuição verificada nesta faixa etária vai ter repercussões, nomeadamente, no aumento do valor de população idosa (com mais de 65 anos), que passa de 1.130 para 1.555, verificando-se um acentuar do envelhecimento, visto que a percentagem vai aumentar face ao total de população do concelho.

Destes dados, dois aspectos fundamentais ressaltam a esta análise, o envelhecimento de base, provocado pela diminuição da natalidade, e o envelhecimento de topo, com origem no aumento da esperança média de vida (ver Tabela 1.14).

No que diz respeito à evolução ao nível das freguesias, verifica-se que apenas a freguesia de Vila Nova da Barquinha aumentou o número de jovens, de 1991 para

2001. Em todas as restantes freguesias, a tendência foi para a diminuição do número de jovens.

Em relação à população potencialmente activa, apenas as freguesias de Atalaia e Vila Nova da Barquinha aumentaram em número de indivíduos, sendo este aumento mais expressivo nesta última freguesia. As restantes freguesias diminuíram o número de indivíduos pertencentes a este escalão etário.

Relativamente aos idosos, o aumento de indivíduos, entre 1991 e 2001, foi evidente para as 5 freguesias do concelho.

4.2.3. Níveis de instrução

Actualmente, a nível económico e de aprendizagem, o capital humano de um território constitui-se como uma das principais bases do conhecimento. O crescente fenómeno da globalização a que temos vindo a assistir implica esforços no sentido de aumentos contínuos de competitividade, sendo que as vantagens comparativas numa economia globalizada e do conhecimento baseiam-se, sobretudo, na capacidade de inovação. As sociedades entraram num novo tipo de economia, a do conhecimento.

A análise do nível de instrução de uma população, que passa também pelas suas competências, torna-se bastante importante numa abordagem como a presente, que apresenta como pano de fundo uma sociedade de informação, cada vez mais dependente das novas tecnologias. De facto, este pode exercer uma influência notória em vários aspectos de um território, uma vez que o mesmo é, em grande parte, o reflexo da sua população.

Para além disto, muito frequentemente, o grau de instrução de uma população pode determinar e/ou reflectir o maior ou menor grau de desenvolvimento de um território. Neste contexto, os níveis de instrução assumem-se como o parâmetro mais comumente utilizado para medir e comparar esse capital humano.

Antes de mais, torna-se necessário fazer uma primeira ressalva ao facto de, ao nível da análise da evolução entre 1991 e 2001, não se utilizar a mesma terminologia nem se agregar as classes de forma semelhante. Tendo consciência que este facto dificulta uma correcta avaliação da evolução das variáveis, é necessário esclarecer que esta situação decorre do uso de diferentes terminologias e de duas formas distintas de análise, para 1991 e 2001, por parte do INE. Tentar-se-á, apesar de tudo, efectuar uma análise o mais correcta e clara possível.

4.2.3.1. Análise desagregada 1991

Em 1991, o concelho de Vila Nova da Barquinha apresentava uma percentagem de população analfabeta na ordem dos 12%, a que correspondiam 942 habitantes. Já em relação à população instruída, verifica-se que a população com o ensino primário representa a maior fatia da mesma, correspondendo a 32%, num total de 2.397 indivíduos. O 2º Ciclo foi completo por 386 indivíduos, a que corresponde uma percentagem de 5% do total da população do concelho. Com o ensino secundário completo observam-se 562 habitantes (7% do total de habitantes) e 166 habitantes licenciados (2%). Destes dados é possível depreender que a percentagem de população diminui à medida que aumenta o grau de ensino atingido.

Na Tabela 1.17 apresentam-se os níveis de instrução, por freguesia, em 1991.

Tabela 1.17 Níveis de Instrução, por freguesia, em 1991

FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE	ANALFABETOS	1º CICLO COMPLETO	2º CICLO COMPLETO	ENS. SECUNDÁRIO	CURSO MÉDIO E SUPERIOR
Atalaia	1.676	173	464	101	151	35
Praia do Ribatejo	2.238	324	702	130	146	55
Tancos	301	65	82	15	24	6
Vila Nova da Barquinha	855	79	412	3	46	32
Moita do Norte	2.483	301	737	137	195	38
Concelho	7.553	942	2397	386	562	166

Fonte: INE (Censos 1991)

Tabela 1.18 Percentagem de Indivíduos por Níveis de Instrução, por freguesia, em 1991 (para um total de 7.553 habitantes)

FREGUESIA	ANALFABETOS	1º CICLO COMPLETO	2º CICLO COMPLETO	ENS. SECUNDÁRIO	CURSO MÉDIO E SUPERIOR
Atalaia	10%	28%	6%	9%	2%
Praia do Ribatejo	14%	31%	6%	7%	2%
Tancos	22%	27%	5%	8%	2%
Vila Nova da Barquinha	9%	48%	0%	5%	4%
Moita do Norte	12%	30%	6%	8%	2%

Fonte: INE (Censos 1991)

4.2.3.2. Análise desagregada 2001

Em 2001, a percentagem de população que não atingiu qualquer nível de ensino é de 14%, correspondente a 1.085 habitantes do concelho. A percentagem de população com o ensino básico (1º ciclo completo), representa maior percentagem de população do concelho, atingindo valores superiores a 25% para as 5 freguesias.

A percentagem de população com curso médio e superior completo apresenta um valor baixo mas, no entanto, é óbvio o seu aumento face aos valores de 1991, passando de 2% para 5%.

Relativamente à população analfabeta, encontram-se os valores mais significativos em Praia do Ribatejo, seguidos de Tancos e Vila Nova da Barquinha. As freguesias com menor número de analfabetos são Moita do Norte e Atalaia (ver Tabela 1.19).

Tabela 1.19 Níveis de Instrução, por freguesia, em 2001

FREGUESIA	ANALFABETOS	1º CICLO COMPLETO	2º CICLO COMPLETO	3º CICLO COMPLETO	ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO	CURSO MÉDIO COMPLETO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Atalaia	216	500	234	292	249	15	69
Praia do Ribatejo	357	685	278	267	171	17	72
Tancos	42	101	37	35	28	2	7
Vila Nova da Barquinha	193	399	198	238	183	8	75
Moita do Norte	277	574	239	316	293	18	128

4.2.3.3. Análise global da variação dos níveis de instrução (1991- 2001)

No período intercensitário, no que respeita aos níveis de instrução, notou-se, no concelho de Vila Nova da Barquinha, um aumento do número de habitantes analfabetos e uma diminuição do n.º de habitantes com o 1º Ciclo completo.

No entanto, o número de habitantes com o 2º ciclo e ensino secundário completo aumentou de uma forma muito significativa, em todas as freguesias do concelho.

Relativamente ao ensino superior, o maior aumento verificou-se nas freguesias da Atalaia e da Praia do Ribatejo.

4.3. ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL

4.3.1. Enquadramento territorial

Em 1991, a taxa de actividade em Vila Nova da Barquinha, é de 39,59%, ou seja, inferior ao valor médio de Portugal e ao da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Em 2001, esta taxa aumentou, passando a ser de 43,20% e mantendo-se, ainda, inferior à registada em Portugal (51,8%) e na Região de Lisboa e Vale do Tejo (51,2%). Estes valores podem ser confirmados através da consulta às estatísticas do INE/Eurostat.

Em relação à população economicamente activa, apesar de, em 2001, o concelho de Vila Nova da Barquinha possuir um total de 3.291 indivíduos, a população economicamente activa e empregada, à mesma data, era de 3.029 indivíduos, sendo que 60% destes eram do sexo masculino.

Em termos da taxa de desemprego, o concelho assistiu, no período de 1991 a 2001, a uma diminuição do número de desempregados, passando de uma valor de 9,6% em 1991, para 8,0% em 2001. Mais uma vez, e de acordo com os valores de actividade verificados, a taxa de desemprego é superior nas mulheres.

Os valores referidos são apresentados na Tabela 1.20.

Tabela 1.20 Taxa de Actividade e Taxa de Desemprego (1991-2001)

UNIDADE TERRITORIAL	TAXA DE ACTIVIDADE, H		TAXA DE ACTIVIDADE, HM		TAXA DE DESEMPREGO, H		TAXA DE DESEMPREGO, HM	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Vila Nova da Barquinha	53,20	51,00	39,59	43,20	4,7	4,2	9,6	8,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

De uma forma geral, de acordo com os Censos de 2001, o concelho de Vila Nova da Barquinha possui 3.029 indivíduos empregados, sendo que o maior número se encontra na freguesia de Moita do Norte, seguido das freguesias de Praia do Ribatejo, Atalaia, Vila Nova da Barquinha e, com menor número de empregados, a freguesia de Tancos.

Relativamente ao número de desempregados, o total do concelho representa 262 indivíduos, quer estes se encontrem à procura do 1º emprego ou simplesmente, à procura de novo emprego.

O número de pensionistas ou reformados é de 1.840, sendo este número superior na freguesia de Praia de Ribatejo, seguido das freguesias de Moita do Norte, Vila Nova da Barquinha, Atalaia e, por último, Tancos.

Relativamente ao número de habitantes sem qualquer actividade económica, o concelho apresenta um valor total de 4.319 indivíduos.

Na Tabela 1.21 apresenta-se o retrato da actividade económica por freguesia.

Tabela 1.21 Actividade Económica do Concelho

FREGUESIA	PENSIONISTAS OU REFORMADOS	DESEMPREGADOS À PROCURA DO 1º EMPREGO	DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO	EMPREGADOS	SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA
Atalaia	356	13	54	753	915
Praia do Ribatejo	537	16	43	754	1.274
Tancos	64	3	6	117	169
Vila Nova da Barquinha	371	15	34	585	792
Moita do Norte	512	19	59	820	1.169
Concelho	1.840	66	196	3.029	4.319

Fonte: INE, Censos 2001.

Em termos da distribuição da população por sectores de actividade, verifica-se, no período entre 1991 e 2001, uma perda de significado do sector primário, a qual se reflectiu, claramente, num aumento do sector secundário e terciário, acompanhando a tendência nacional registada.

Na Tabela 1.22 apresentam-se os valores, por freguesia, da população distribuída pelos sectores de actividade.

Tabela 1.22 População por Sectores de Actividade (1991-2001)

FREGUESIA	SECTOR PRIMÁRIO		SECTOR SECUNDÁRIO		SECTOR TERCIÁRIO	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Atalaia	31	13	176	201	447	539
Praia do Ribatejo	46	33	190	217	501	504
Tancos	5	3	28	43	70	71
Vila Nova da Barquinha	3	7	66	122	264	456
Moita do Norte	17	6	182	155	676	659
Concelho	102	62	642	738	1958	2229

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

4.3.2. Análise concelhia 1991

No ano de 1991, o concelho de Vila Nova da Barquinha apresenta uma taxa de actividade de, aproximadamente, 40%. Isto significa que, no total, a sua população economicamente activa era de 2.702 indivíduos. No entanto, este valor não se encontra igualmente distribuído por ambos os sexos.

De facto, de acordo com os dados do INE, cerca de 53,20% deste total corresponde a activos do sexo masculino, cuja tradução numérica equivale a 1.437 indivíduos.

Este valor conduz, necessariamente, à mais reduzida prestação feminina no mercado de trabalho, correspondente a 46,8%, a que correspondem 1265 mulheres.

Em relação à população desempregada, em 1991, esta soma um total de 290 indivíduos, a que equivale uma taxa de 9,6%.

O total da população desempregada assiste, igualmente, a uma diferenciação entre sexos sendo que, desta vez, a tendência é inversa, uma vez que, para além da percentagem de população economicamente activa feminina ser inferior, são também estas quem mais sente o desemprego. De facto, do total de população desempregada, 4,7% são homens e os restantes, mulheres.

No que diz respeito à população empregada por sectores de actividade, verifica-se que 72% (1.958 indivíduos) deste total se concentra no sector terciário. Seguidamente, o sector que agrupa maior total populacional, contando com 642 indivíduos (24%), é o sector secundário. Com menor representatividade no concelho verifica-se o sector primário, cujo total populacional corresponde a 102 indivíduos, os quais acumulam uma percentagem de 4% do total de indivíduos economicamente activos.

4.3.3. Análise concelhia 2001

Relativamente a 1991, verifica-se que a taxa de actividade sofreu um ligeiro aumento, situando-se, em 2001 nos 43,20%, o que equivale a 3.291 indivíduos. De facto, a população economicamente activa e empregada, à mesma data, é de 3.029 indivíduos.

Deste total, embora não tão expressivo como em 1991, constata-se que a taxa de actividade masculina no mercado de trabalho é superior, uma vez que 51% são trabalhadores do sexo masculino.

No que diz respeito à população empregada, este concelho apresenta um total de 3.029 indivíduos empregados, a que corresponde a uma taxa de emprego de 92%. Uma vez mais se constata o maior peso do sexo masculino.

Contrariamente, a taxa de desemprego, que se situa nos 8%, é mais sentida pelas mulheres.

Relativamente aos sectores de actividade, é de realçar a reduzida importância do sector primário, correspondente a 62 indivíduos (2%) e o predomínio do sector terciário, com cerca de 2.229 indivíduos (correspondentes a 74% da população activa).

4.3.4. Análise evolutiva 1991-2001

Em termos globais, no período referido, pode-se dizer que existiu um aumento da taxa de actividade no concelho, uma vez que em 1991 o valor era de 39,59%, valor este que, em 2001, passou para 43,20%.

No que concerne à taxa de desemprego, verifica-se que houve uma ligeira diminuição neste período (de 9,6% para 8%).

Relativamente à evolução da distribuição da população por sectores de actividade, constata-se que se verificou uma diminuição da população no sector primário, passando dos 4% do total da população activa, para os 2% (redução de 40 indivíduos).

Esta redução foi evidente em todas as freguesias excepto na freguesia de Vila Nova da Barquinha, onde se verificou um aumento de 4 indivíduos afectos a este sector.

Em relação ao sector secundário, verificou-se um aumento do número de trabalhadores, sendo que este foi mais evidente na freguesia de Vila Nova da Barquinha. Para além do aumento em todas as outras freguesias, apenas a freguesia da Moita do Norte observou uma diminuição da população empregada neste sector, para o período de tempo considerado.

No que diz respeito ao sector terciário, sector maioritário, tanto em 1991 como em 2001, observa-se que a freguesia onde se registaram os maiores ganhos foi a de Vila Nova da Barquinha. De facto, verificou-se, em 2001, um aumento de 192 indivíduos neste sector. Para além da Atalaia que também registou um aumento considerável (92 indivíduos), as freguesias de Praia do Ribatejo e Tancos não obtiveram incrementos significativos.

Apenas a freguesia da Moita do Norte observou uma diminuição da população activa neste sector.

4.3.5. Impacto territorial

A estrutura sócio-demográfica da população traduz, de certa forma, a evolução registada na dinâmica sócio-económica, ou, em muitos casos é factor condicionante da mesma. Este aspecto pode ser comprovado neste concelho, uma vez que as freguesias predominantemente rurais registam, actualmente, perdas populacionais, acompanhando a tendência crescente de abandono do sector agrícola. Por outro lado, a

crescente terciarização da sociedade contribui para um aumento do poder de atracção das freguesias com características mais urbanas.

Com o intuito de perceber como é que estas dinâmicas se processam à escala do concelho tenta-se efectuar uma síntese de alguns aspectos relevantes para o caso.

Relativamente à taxa de actividade no concelho, será de salientar que esta registou um aumento entre 1991 e 2001, passando de 39,59% para 43,20%. O mesmo se passou com a taxa de desemprego, tendo passado de 9,6 em 1991 para 8% em 2001.

Um outro aspecto relevante diz respeito à população empregue por sectores de actividade. Assim, tal como foi referido anteriormente, o sector terciário tem vindo a ganhar população, ao passo que o primário e secundário têm fornecido emprego a cada vez menos população dentro do concelho.

Ao nível de desagregação da freguesia, relativamente ao sector primário, verifica-se, em primeiro lugar, que todas as freguesias registaram perdas neste sector, excepto a freguesia de Vila Nova da Barquinha. No entanto, continua a ser notório o aumento dos sectores secundário e terciário, facto este também evidente nas zonas mais rurais do concelho, o que comprova a tendência crescente de terciarização da sociedade, com uma perda de importância dos sectores primário e secundário para o sector terciário.

5. JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REVISÃO

5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O actual PDM prevê, como objectivos a atingir no desenvolvimento das suas políticas, a racionalização e programação da expansão urbana; o proporcionar da oferta de solo adequada à cobertura das necessidades de habitação e equipamento social indispensáveis à população e à instalação das actividades económicas do concelho; a protecção e ordenação da estrutura verde territorial e urbana; a preservação, recuperação e protecção do património cultural; o estabelecimento das bases para a melhoria das ligações do concelho ao exterior e das ligações internas; o fornecimento de indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais de nível inferior ou de planos de natureza sub-regional, regional ou nacional e a sua utilização como suporte de enquadramento à elaboração de planos de actividade do município.

No entanto, decorrido este período, constata-se, para além da notória desactualização da cartografia de base (já à partida muito deficiente), que existe uma progressiva desadequação do modelo, assim como a divergência da gestão municipal relativamente a algumas das acções previstas. Para além disso, cada vez mais se colocam novos e maiores desafios ao ordenamento do território, nomeadamente em matéria de sustentabilidade e de qualidade de vida, motivos que, entre outros justificam a necessidade de revisão do presente plano.

Um dos desafios mais pertinentes que se colocam ao concelho de Vila Nova da Barquinha será, em termos globais, a redução das assimetrias, em termos de desenvolvimento, que se mantêm entre as diferentes freguesias. Para além disso, nota-se, também, a necessidade de continuar o reforço das redes básicas de infra-estruturas e equipamentos.

Ao nível dos transportes e da rede viária, torna-se fundamental a conjugação de esforços no sentido de uma melhor articulação das diferentes redes viárias, assim como o estabelecimento de uma hierarquia mais definida entre as mesmas. Torna-se ainda fundamental considerar, no entanto, o acentuar das exigências relativas ao equilíbrio ambiental e as crescentes preocupações com a questão do desenvolvimento sustentável, que deverá estar subjacente a todas as políticas implementadas.

Outro dos aspectos relevantes a ter em consideração diz respeito à evolução do concelho, ao nível das alterações demográficas e do seu desenvolvimento económico, sócio-cultural e ambiental, de forma a identificar padrões ou tendências. Neste contexto, deverá estar sempre presente a importância da recuperação e da reabilitação urbana.

A revisão do actual PDM justifica-se, para além do que foi já referido, pelo aparecimento de novos instrumentos de gestão territorial e sectorial e pela introdução de novas orientações legislativas e estratégicas.

Por último, deve-se salientar a importância da articulação entre os diferentes níveis de planeamento e intervenção no território municipal, assim como o facto de os normativos urbanísticos deverem acompanhar a evolução dinâmica do território em que se incidem.

5.2. DESADEQUAÇÃO DO ACTUAL PDM ENQUANTO INSTRUMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Actualmente assiste-se a um processo de novas procuras urbanas, uma mudança e reorientação de práticas e comportamentos no domínio do consumo, emergentes ao nível de sectores cada vez mais alargados da população cidadina.

É nas regiões do interior que residem as respostas a estas novas procuras urbanas, possibilitando assim o relançamento económico e de reactivação social dessas regiões.

As cidades são hoje espaços de vida e de trabalho dominantes. O primado das economias urbanas na criação de riqueza das nações, as sedes do poder político, o turbilhão de ofertas disponíveis e acessíveis, a liberdade, as oportunidades e alternativas de vida, são uma pequena parte dos muitos aliciantes que as cidades podem propiciar aos que nelas habitam e trabalham. Em paralelo, existem também tendências de desenvolvimento de sentido negativo, nomeadamente as práticas ambientais, que condicionam cada vez mais os quotidianos cidadãos. Evidenciam-se, como referência dessa problemática, os dois aspectos seguintes:

- A continuada, acelerada, desordenada e muitas vezes incontrolada expansão dos territórios urbanos;
- A concentração espacial de gentes e actividades.

Manifestam-se na degradação ambiental, social, relacional e cultural, compondo no seu conjunto um quadro de progressivo stress ambiental, de degradação da qualidade de vida dos habitantes de áreas urbanas, tornando-se espaços insuportáveis para viver.

Suportada por uma consciência social cada dia mais atenta e acutilante, a oposição ao actual ponto de chegada da vida das cidades vindo sendo protagonizada pela classe média alta, que dispõe de condições materiais cada vez mais florescentes e mais facilmente podem passar a actos expressos visivelmente na reorientação de algumas procuras, a que subjazem preocupações de qualidade e segurança.

As novas procuras manifestam-se nos domínios da alimentação e do turismo, veiculando pretensões e anseios mais ou menos conscientes, mais ou menos objectivos, de retorno e de recuperação do que se perdeu ou suspeita ter perdido na cidade e nos modos de vida urbanos:

- A Natureza, a pureza das suas formas, cores e sons;

- As relações sociais e os ritmos de vida humanizados;
- O sentido de pertença e de raízes;
- A genuinidade, a autenticidade e a originalidade;
- A diferença e a diferenciação;
- Os laços que tecem a sequência da História comum e fazem a ponte entre esta e as histórias individuais – tradições, usos e costumes;
- Os ambientes de vida que a vertigem da modernidade fez desaparecer ou adulterou.

É neste contexto que as regiões do interior, enquanto reservatórios reais ou idealizados destes bens naturais, culturais e humanos, enquanto espaços representados de preservação e guardiães dos mesmos, se vêm resgatados à penumbra da sua marginalização socio-económica, convertidas à condição de produtores e fornecedores de antídotos para os males da civilização urbano-industrial e catapultados à categoria de destinos turísticos.

Este processo de progressiva eleição das regiões do interior como destino turístico, tem vindo a ser fortemente alimentado pelos meios de comunicação e pelo marketing, que estimulam a formação da necessidade de retorno a uma vida bucólica com uma relação íntima com a natureza, onde se imagina que viva a sabedoria e a paz dos valores, a permanência dos laços, e a reprodução lenta do tempo, acabando deste modo, por despertar a curiosidade do público por conhecer ao vivo os lugares que nos apresentam através de atractivas imagens.

O município da Barquinha, devido às condições de localização central relativamente ao país, e junto aos rios Tejo e Zêzere, às boas acessibilidades que possui e à beleza das

suas paisagens, associadas ao património histórico, apresenta potencialidades para dar resposta a esta nova procura e, por conseguinte, para o desenvolvimento turístico da região.

No entanto, como aspecto menos positivo, a Barquinha possui apenas duas unidades de hotelaria, uma residencial e uma de turismo de habitação.

Análise SWOT

PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES	ACÇÕES
Recursos Naturais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Excelentes paisagens ▪ Carácter rural ▪ Boas acessibilidades ▪ Rios Tejo e Zêzere 	Turismo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Científico ▪ Natureza ▪ Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização dos recursos naturais ▪ Valorização dos recursos patrimoniais <p>Projecto Parque Almourol:</p>
Património Histórico <ul style="list-style-type: none"> ▪ Arqueológico ▪ Monumentos (Castelo de Almourol, Igreja) ▪ Núcleos históricos 	Desenvolvimento de Serviços	<p>Vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultural/museológica ▪ Ambiental/natureza ▪ Desportivo/aventura <p>Actividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Actividades de aventura (tipo Paintball ou outros desportos radicais) ▪ Percursos pedestres de natureza e ribeirinhos ▪ Passeios fluviais ▪ Páraquedismo, balonismo, ultraleves ▪ Pesca desportiva ▪ Formação outdoor ▪ Raids de ciclismo ou motorizados ▪ Actividades culturais ▪ Challenger

PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES	ACÇÕES
Zonas militares	Rentabilizar o património militar para a utilização pública	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer acordos de parceria para utilização do Castelo de Almourol para a sua musealização ▪ Base Aérea de Tancos – utilização para actividades desportivas
Aspectos demográficos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ População envelhecida ▪ Poucos habitantes 	Atrair população através de estratégias urbanísticas e da possibilidade de investimentos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação dos centros históricos para 1ª habitação e com construção de equipamentos e serviços ▪ Criação de medidas de gestão urbanística para evitar a proliferação de construção dispersa
Qualificação da população	Proporcionar formação	Protocolos com escolas/universidades
Reduzido n.º de alojamentos	Medidas urbanísticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a actividade empresarial privada ▪ Incentivos à reabilitação: eventual redução de taxas
Falta de iniciativa privada	Divulgação de potencialidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Através de operações de marketing ▪ Incentivos ao investimento, eventualmente através da redução de taxas, entre outras
Administração pública centralizada e burocrática	Modernização e descentralização	Acções intermunicipais
Condicionamentos legais (RAN e REN)	Revisão dos instrumentos de planeamento – PDM Elaboração de Planos Municipais	

AMEAÇAS	ESTRATÉGIAS	ACÇÕES
Cheia	Medidas de gestão urbanística - r/c não habitável	Regulamentos e normas
Turismo de massas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seleccionar tipo de turistas ▪ Definição de política qualidade/preço e de produtos oferecidos 	Regulamentos e normas
Sobrecarga de infra-estruturas existentes	Medidas de gestão urbanística - reforço das existentes	
2ª Habitação	Medidas de gestão urbanística de incentivo à habitação (1ª habitação)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução de impostos - IMI ▪ Eventual redução de taxas de licenciamento

Desta análise, considera-se que o aproveitamento turístico da paisagem, do património, do ambiente e da gastronomia, podem dinamizar economicamente a região, considerando ainda a ruptura e a saturação da maior parte dos destinos clássicos de sol e praia.

Para tal, poderão ser várias as formas de concretizar as novas oportunidades empresariais que se abrem no campo da oferta turística do município, possibilitando novas capacidades de reconversão e aproveitamento para fins turísticos de recursos e actividades já existentes, que serão valorizadas.

As actividades de natureza, os ecomuseus, centros e escolas de interpretação, percursos ecológicos, itinerários temáticos, venda e aluguer de equipamentos, práticas desportivas, entre outras, terão certamente repercussões favoráveis no sector do emprego, não só pelo número de postos de trabalho que poderão vir a criar, mas

também pelo carácter inovador e pela qualificação de muitas profissões que elas exigem.

Do diagnóstico aos determinantes endógenos do município referem-se os seguintes:

- **Recursos Naturais**
 - Paisagem
 - Rio Zêzere e Rio Tejo
- **Património Cultural**
 - Arqueologia
 - Monumentos
 - Centros históricos
- **Redes de Comunicação e Distribuição**
 - Auto-Estrada A23
 - Internet
- **Capacidade Produtiva**
 - Artesanato

A gestão urbanística em Vila Nova da Barquinha tem como praticamente único instrumento eficaz o Plano Director Municipal.

Como o próprio nome indica, trata-se um plano de ordenamento à escala do município, que deve ser elaborado submetendo-se às estratégias de desenvolvimento regional e nacional, resultando de uma visão unificada do território municipal, e não parcelar, afectando o seu solo às diversas categorias de uso que lhe são mais propícias.

No entanto, a maioria dos PDM's de 1.^a geração foram entendidos e resultaram em instrumentos legais contra eventuais abusos de edificabilidade, e não como orientadores de uma evolução programada dos Concelhos.

O actual PDM não obedece a nenhum plano de ordem superior, porque estes não existiam à data da sua elaboração. Incorpora directivas avançadas pelos estudos de planos de ordem inferior, não tendo originado, de forma conclusiva, planos de detalhe.

5.3. OBJECTIVOS DA REVISÃO DO PDM

5.3.1. Objectivos de carácter geral

Com a revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova da Barquinha pretende-se, de uma forma geral, proceder a uma redefinição do zonamento operativo do actual PDM, actualizando-o e adequando-o às novas realidades existentes, quer a nível concelhio, quer no âmbito regional e nacional.

Considera-se desta forma desejável que o futuro plano constitua um instrumento promotor da consolidação da matriz rural do território e da sua revitalização (combatendo as assimetrias verificadas), paralelamente à ascendência da centralidade da Sede do concelho e ao desenvolvimento dos restantes núcleos urbanos; e que, em simultâneo, se mostre capaz de responder às dinâmicas dos diferentes agentes e actividades económicas.

Para este, deverá ser efectuada a reavaliação dos mecanismos de regulação da ocupação do solo, através da definição mais exhaustiva do leque de usos e utilizações, da avaliação das suas compatibilidades e complementaridades, alternativas e incompatibilidades, corrigindo o zonamento actual.

Deverá, ainda, ser efectuada a identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, turísticas,

comerciais e de serviços, tendo em conta as efectivas aptidões do território e a dinâmica demográfica.

No tocante à delimitação e regulamentação dos perímetros urbanos, considera-se ser desejável estabelecer a clara distinção entre os aglomerados marcadamente urbanos e os de cariz essencialmente rural.

5.3.2. Completar e articular as redes de equipamentos, infra-estruturas e transportes

O conteúdo do actual regime jurídico (Decreto-Lei n.º 380/99) exige que seja feita, em sede do PDM, o registo e articulação das principais redes estruturantes do território.

Neste contexto, propõe-se que sejam promovidos o registo e compatibilização, em sede do PDM, das cartas correspondentes às principais redes de equipamentos e de infra-estruturas do território, existentes e propostas por diversos serviços/entidades, e a sua articulação numa perspectiva da globalidade do território, detectando carências e prevendo necessidades de expansão.

Ainda neste contexto, deverá ser dada particular atenção às emergentes infra-estruturas de produção e distribuição energética (nomeadamente os parques eólicos, as previsíveis centrais hídricas e de biomassa e as redes de distribuição de gás) e de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Deverão ser equacionados os problemas de mobilidade e de transporte e claramente hierarquizadas as redes viárias, em função da respectiva classificação níveis de serviço, promovendo a sua articulação e definindo os correspondentes impactes e condicionamentos urbanísticos.

5.3.3. Definir mecanismos de equilíbrio e salvaguarda ambiental e patrimonial

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, no seu Art. 85.º (Conteúdo Material do PDM), estabelece a forma como o plano director municipal define o modelo de organização municipal do território.

Deste modo, obriga esta revisão ao aprofundamento do conceito alargado das componentes ambientais, à identificação da estrutura ecológica municipal, à criteriosa redelimitação da REN e à clarificação do conceito de “espaço natural”.

Nesta matéria, pretende-se que o PDM vise o funcionamento e equilíbrio dos ecossistemas ambiental e biofísico, associado a intervenções de interesse turístico, desportivo e de lazer, criação de áreas de paisagem protegida, ordenamento do solo geológico, implementação de planos sectoriais para os recursos hídricos, eólicos, agrícolas e florestais, bem como a implementação do zonamento acústico.

Nesta mesma lógica se inclui a salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico, bem como dos restantes valores e recursos culturais. Para o efeito, deverá ser efectuado o inventário e classificação de todos os vestígios e ocorrências, materiais e imateriais, que constituam património e alicerce da identidade cultural do município.

5.3.4. Estruturar áreas desarticuladas/identificar áreas problemáticas.

- Integração de estudos sectoriais existentes e fixação dos elementos estruturantes e condicionantes da ocupação do espaço, com redução do número de remissões para futuro desenvolvimento, de modo a permitir, sempre que possível, a aplicação directa do PDM.

- Redelimitação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, com a redefinição dos respectivos objectivos programáticos, por via de planos ou outras operações urbanísticas eficazes.
- Estudo do impacte resultante de outros instrumentos de planeamento, entretanto realizados ou em curso de elaboração. Integração dos elementos fundamentais e estruturantes dos diversos estudos produzidos noutras instâncias de planeamento.
- Estabelecimento das condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), de actuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de excepção, bem como sobre áreas degradadas em geral.
- Definição de normas e parâmetros específicos para as zonas históricas e de valor patrimonial.
- Redelimitação criteriosa dos perímetros urbanos, em função das suas efectivas necessidades de contenção ou expansão, contemplando as áreas urbanizadas indevidamente excluídas desses perímetros.
- Encarar frontalmente os problemas colocados pela dispersão do edificado e pelas tendências de conurbação ao longo dos principais eixos viários, procurando contrariar as deseconomias e impactes negativos gerados por esses fenómenos, mas assumindo-os como uma componente iniludível do ordenamento.
- Definir soluções para os depósitos de sucata e as precisas regras a observar quanto a outras actividades incómodas, insalubres ou perigosas, nomeadamente o tratamento de veículos em fim de vida (VfV), as pocilgas, o tratamento de esgotos e de resíduos sólidos urbanos.

5.3.5. Definir critérios de gestão fundiária

No âmbito desta revisão, é relevante a introdução de mecanismos reguladores, suportados pela noção dos recursos finitos, nomeadamente na obtenção dos solos, que entronca com a dimensão económica e fundiária do plano.

A concretização destes mecanismos deverá ser efectuada através de documentos complementares, mas necessariamente compatibilizados em sede de revisão do PDM.

Assim, será necessário:

- A regulamentação de um regime de cedências e compensações e de compatibilização de taxas urbanísticas, articulado com as disposições legais relativas ao licenciamento/autorização de construções e loteamentos;
- A definição dos critérios de perequação compensatória a concretizar nos instrumentos de planeamento de ordem inferior.

5.3.6. Actualizar e corrigir normativas do Plano

Pretende-se registar e integrar as alterações entretanto verificadas, procedendo aos correspondentes ajustamentos na forma e no conteúdo do Plano.

Como principais medidas a desenvolver, podem referir-se:

- A adaptação do plano ao actual quadro de legislação urbanística;
- Correção das imprecisões e lacunas detectadas nas disposições regulamentares e na representação cartográfica, bem como das discrepâncias entre a planta de condicionantes e a planta de ordenamento;
- Actualização da planta de condicionantes;

- Correção dos limites administrativos cartografados e da correspondente área de intervenção do Plano;
- Programação objectiva e flexível da execução das opções de ordenamento estabelecidas.

5.3.7. Integração em Sistema de Informação Geográfica

A evolução tecnológica verificada desde a aprovação do plano, e o paralelo apetrechamento dos serviços municipais, permite encarar numa nova perspectiva a questão da sua integração num sistema de informação geográfica municipal.

Como medidas a adoptar prevê-se:

- O suporte digital do plano em formato integrável em ambiente SIG, com a consequente conformidade topológica e gráfica (ao nível das tipologias e simbologias estipuladas pela DGOTDU);
- A associação à BGRI – Base Geográfica de Referenciação Espacial, adoptada para os Censos 2001, como base de referenciação espacial comum para a diversa informação territorial;
- O desenvolvimento duma estrutura para a posterior monitorização do plano.

5.4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia de desenvolvimento deverá incidir na valorização dos recursos naturais e patrimoniais do município, principalmente do Rio Tejo associado ao Castelo de Almourol e na tercearização.

A valorização dos rios tem como objectivos a dinamização das frentes ribeirinhas dos municípios, que se traduzirá, por sua vez, numa mudança do ambiente urbano dos núcleos habitacionais ribeirinhos, no aumento de visitantes e numa maior dinâmica da vida económica e social.

Desta forma, pretende-se atingir maiores e melhores níveis de qualificação do espaço, da oferta de equipamentos, da valorização dos recursos humanos, do desenvolvimento das estruturas empresariais e serviços. Para isso, terá de haver uma integração e coerência dos diversos projectos e acções que forem programados e um aprofundamento da cooperação entre os municípios, o sector empresarial, as populações e outras entidades com intervenção na área e no seu desenvolvimento.

5.4.1. Económico e Social

Deverá prever-se a expansão da área empresarial em construção e a criação de outras áreas com boa acessibilidade para localização de indústria e armazenagem.

Será dada particular atenção ao realojamento de famílias carenciadas, através do Programa PROHABITA.

Poderão ser realizados acordos de parceria com agentes económicos privados, para a reabilitação urbana dos Centros Históricos, que se reflectirá na fixação de população jovem e na dinamização destas áreas.

Deverá fomentar-se o desenvolvimento do turismo e a promoção de alojamentos.

5.4.2. Ordenamento do Território

No âmbito do ordenamento território, pretende-se controlar a mancha de crescimento urbano e criar medidas para evitar o contínuo proliferar de habitações isoladas e dispersas.

Deverá privilegiar-se o fecho da malha urbana e a reabilitação dos Centros Históricos de Barquinha e Tancos e dar-se especial atenção aos projectos particulares de desenvolvimento municipal, nomeadamente o *Galaxy* Parque e o Parque Almourol.

A par com a revisão do PDM deverá ocorrer a elaboração de Planos de Urbanização, de forma a possibilitar uma melhor gestão do espaço municipal.

5.4.3. Infra-estruturas

Deverá ser feita a caracterização de todas as infra-estruturas existentes, incluindo as que não são de gestão municipal.

Deverá ser apresentado o planeamento das infra-estruturas de forma a acompanhar o desenvolvimento urbanístico proposto e que se traduza em dois aspectos essenciais:

- Construção de novas infra-estruturas.
- Reabilitação e conservação das infra-estruturas existentes tendo em conta a sua idade (ano de construção), estado de conservação e “horizonte de projecto” preconizado.

Desta forma, será conveniente a execução no âmbito do PDM de Planos Directores de Águas e Esgotos, cuja gestão é da responsabilidade do município. Para esse efeito, será imprescindível a colaboração com entidades externas, nomeadamente, IEP, EPAL, Águas do Centro, PT, EDP, REN e Tagusgás.

5.4.4. Cultural

A riqueza patrimonial do município reside na existência de sítios arqueológicos e monumentos, nomeadamente, a Igreja Matriz da Atalaia, a Igreja Matriz de Tancos e o Castelo de Almourol. Desta forma, deverá prever-se a possibilidade de incluir os

monumentos e sítios arqueológicos em roteiros turísticos e programas culturais junto das escolas.

Deverão desenvolver-se as actividades culturais prestadas pelo Centro Cultural da Barquinha, como forma de promover o Concelho a nível regional. Está prevista a musealização do Castelo de Almourol.

Adicionalmente, deverão promover-se espectáculos e outras actividades de carácter cultural como forma de reutilização dos monumentos, nomeadamente as igrejas do Concelho.

5.4.5. Preservação do Ambiente/Critérios de Sustentabilidade a Adoptar

Serão preservados e valorizados os recursos ambientais, assim como a referenciação e caracterização das linhas de água, com vista à sua manutenção em boas condições.

Serão consideradas maiores áreas de espaços verdes nas zonas urbanas.

Serão valorizados os recursos, nomeadamente, as zonas ribeirinhas do Rio Tejo, estando já em construção um parque urbano que irá permitir a utilização destas zonas para recreação, lazer, e para percursos pedonais e de velocípedes.

Serão criados corredores verdes em áreas urbano/industriais, de forma a constituir-se uma estrutura ecológica municipal, que incluirá também os espaços verdes, as áreas de RAN e REN e os espaços florestais, que serão objecto de Planos de Gestão para permitir a sua fruição mediante o respeito pela respectiva capacidade de carga à utilização.



ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Normais Climatológicas

Anexo II – Critérios de tipologias de áreas urbanas

Anexo III – Relação do Edificado Existente com o Perímetro Urbano



Anexo I – Normais Climatológicas Estação Meteorológica de Tancos

ESTACÃO TANCOS/BASE AÉREA
MÉDIAS DE 1959/1980
φ = 39° 29' N; λ = 8° 22' W; g = 9,8016 m/s²; AG = 0 h; H₀ = 83 m; H₁ = 80 m; h₁ = 1,6 m; h₂ = 3,4 m; h₃ = 4,4 m; h₄ = 1,4 m

No local	Red. ao nível do mar	Temperatura do ar								Mês	
		T (°C)					T (°C)				
		9...h	15...h	18...h	Mensal	Max	Min	Max	Min		
		-59-74-									
1010,5	1020,6	6,7	12,9	10,4	9,1	14,0	4,2	22,0	-6,5	Janeiro	
1008,6	1018,6	7,9	14,1	11,5	10,2	15,2	5,3	29,0	-4,1	Fevereiro	
1008,4	1018,3	9,8	16,1	13,7	11,8	17,2	6,3	26,6	-3,5	Março	
1006,9	1016,8	12,6	18,6	15,8	13,9	19,8	8,0	30,0	-1,0	Abril	
1007,0	1016,8	15,9	21,8	19,0	16,9	22,9	10,9	36,0	2,5	Maio	
1007,9	1017,6	18,8	25,4	21,7	19,9	26,1	13,7	39,7	5,6	Junho	
1007,9	1017,6	20,7	29,0	24,7	22,8	30,0	15,6	40,5	10,0	Julho	
1007,4	1017,1	20,3	29,2	24,4	22,9	30,2	15,6	41,0	8,1	Agosto	
1008,2	1017,9	18,4	26,8	22,4	21,0	27,9	14,1	40,5	7,3	Setembro	
1008,1	1017,9	14,7	21,7	18,2	17,1	22,8	11,4	34,2	1,2	Outubro	
1009,6	1019,5	9,7	16,2	12,1	12,0	17,2	6,9	28,9	-5,5	Novembro	
1010,6	1020,6	6,7	13,2	9,6	9,2	14,0	4,3	21,6	-4,5	Dezembro	
1008,4	1018,3	13,5	20,4	17,0	15,6	21,4	9,7	41,0	-6,5	Ano	

Humidade relativa do ar U (%)			Nebulosidade N (0-10)			Insolação I		Precipitação R (mm)		Evaporação (mm)	Mês
1964 - 80											
9...h	15...h	18...h	9...h	15...h	18...h	Total (h)	Percent. (%)	Total	Max. (órfica)		
		-59-74-									
93	71	82	7	6	6	133,2	45	118,2	56,6	52,5	Janeiro
90	66	76	7	6	5	142,2	48	127,2	100,0	65,1	Fevereiro
84	58	70	6	6	5	197,4	54	77,0	77,0	101,1	Março
77	54	67	6	6	5	228,8	58	69,9	102,6	124,4	Abril
73	52	62	5	6	5	281,5	64	57,7	46,8	169,6	Maio
72	49	61	5	4	4	284,6	63	33,8	33,3	188,0	Junho
69	42	55	3	2	2	342,9	76	4,8	15,1	241,2	Julho
69	40	54	3	2	2	337,7	80	6,6	19,1	267,8	Agosto
77	46	60	5	5	4	241,6	65	41,5	92,2	182,1	Setembro
84	57	71	6	6	5	214,4	59	93,3	77,7	109,9	Outubro
90	66	81	6	6	5	185,8	55	108,9	101,3	66,9	Novembro
90	70	82	6	6	5	146,5	51	89,1	36,5	58,0	Dezembro
81	56	68	5	5	4	2716,6	60	828,0	102,6	1626,6	Ano

Vento														Velocidade média V (km/h)			
Frequência (%) e velocidade média \bar{V} (km/h) para cada rumo 1959-70																	
N	NE	E	SE	S	SW	W	NW	C									
5,1	12,4	2,5	11,9	25,7	16,1	8,9	13,2	5,5	13,6	7,4	14,1	6,7	13,6	10,6	17,7	27,6	-
3,6	14,0	3,8	14,8	23,9	14,9	7,7	10,0	7,4	16,0	13,9	17,3	9,1	16,4	9,5	17,2	21,1	-
11,0	13,5	4,3	15,1	23,3	14,8	6,5	12,1	4,5	15,7	9,6	17,8	9,2	17,4	14,3	19,1	17,3	-
11,8	17,7	1,8	13,1	11,4	14,6	4,7	10,2	5,8	13,4	11,0	15,3	10,4	16,1	28,2	18,8	14,9	-
12,3	18,6	1,9	14,4	9,8	15,8	4,3	9,5	4,8	14,7	12,0	15,6	10,6	15,6	31,1	19,9	13,2	-
15,2	19,5	1,1	12,3	8,7	14,6	2,5	10,3	4,7	11,7	8,1	14,4	9,2	16,2	41,2	21,1	9,3	-
19,4	20,8	3,8	18,6	5,6	12,8	2,0	5,6	4,6	11,3	6,0	14,5	7,1	14,8	45,7	21,8	5,8	-
16,4	19,6	3,4	17,2	3,7	14,7	2,8	10,6	4,5	10,8	5,5	13,3	6,7	16,0	49,9	21,3	7,1	-
11,8	19,4	1,2	11,7	9,1	12,1	4,1	13,0	4,0	12,2	9,5	13,8	13,3	14,9	32,6	18,6	14,4	-
7,5	14,1	2,3	8,9	20,5	13,4	8,1	12,5	4,9	12,9	8,8	13,6	9,9	13,2	17,0	16,1	21,0	-
10,2	12,3	3,6	13,0	20,0	13,8	5,9	14,5	3,9	18,8	8,4	14,7	10,3	14,6	13,8	16,1	23,9	-
12,5	13,6	2,1	10,0	16,1	14,2	7,2	12,3	4,0	11,3	9,2	15,3	10,7	13,4	15,1	17,1	23,1	-
11,4	17,4	2,6	14,1	14,8	14,3	5,4	11,7	4,9	13,5	9,1	15,1	9,4	15,2	25,8	19,7	16,6	-

Número de dias																
Temperatura do ar T			Velocidade do vento V		Nebulosidade N		Precipitação R			Nevé	Granizo Sarela	Trovoada	Nevosão	Orelhe	Geada	Solo coberto de neve
Min < 0,0°	Max > 25,0°	Min < 20,0°	> 20,0 km/h	> 35,0 km/h	N ₁	N ₂	R _{0,1mm}	R _{1,0mm}	R _{10,0mm}	*	△	☐	≡	α	⌋	☒
1959-70																
5,1	0,0	0,0	0,9	0,0	14,9	5,8	14,4	11,4	3,5	0,0	0,1	-	8,5	-	-	0,0
2,0	0,1	0,0	0,6	0,0	13,3	5,4	13,7	11,8	3,9	0,0	0,0	-	4,9	-	-	0,0
0,5	0,6	0,0	0,7	0,0	12,0	6,9	13,4	9,8	2,7	0,0	0,1	-	4,3	-	-	0,0
0,1	2,0	0,0	0,5	0,0	10,0	6,7	9,2	6,7	1,7	0,0	0,1	-	3,2	-	-	0,0
0,0	9,0	0,0	0,4	0,0	8,6	8,4	8,1	6,4	2,2	0,0	0,0	-	1,0	-	-	0,0
0,0	18,0	0,0	0,5	0,0	5,9	13,0	5,0	4,2	0,8	0,0	0,1	-	1,3	-	-	0,0
0,0	27,2	0,8	0,7	0,0	2,1	17,6	1,6	1,0	0,1	0,0	0,0	-	0,5	-	-	0,0
0,0	27,8	0,7	0,9	0,0	2,0	18,5	1,8	1,0	0,1	0,0	0,0	-	1,0	-	-	0,0
0,0	20,9	0,3	0,4	0,0	5,7	10,5	5,9	4,0	1,0	0,0	0,0	-	2,3	-	-	0,0
0,0	8,0	0,0	0,2	0,0	10,0	7,6	10,4	8,2	2,6	0,0	0,0	-	4,2	-	-	0,0
0,7	0,3	0,0	0,7	0,0	11,4	7,4	12,9	9,3	3,4	0,0	0,0	-	7,3	-	-	0,0
4,3	0,0	0,0	0,4	0,0	12,9	6,3	12,7	8,6	3,5	0,0	0,0	-	7,8	-	-	0,0
12,7	113,9	1,8	6,9	0,0	108,8	11,1	109,1	82,4	25,5	0,0	0,4	-	46,3	-	-	0,0

FONTE: O Clima de Portugal (1991). Normais Climatológicas da Região de "Ribatejo e Oeste", correspondentes a 1951-1980. Fascículo XLIX - Volume 2 - 2ª Região. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.



Anexo II – Critérios de tipologias de áreas urbanas

TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS

A tipologia de áreas urbanas, para fins estatísticos, é o resultado de um trabalho conjunto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). A 158ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, publicada no Diário da República, IIª Série de 11 de Setembro de 1998, aprovou a referida tipologia bem como a aplicação da mesma às freguesias do Continente. A 185ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, publicada no Diário da República, IIª Série de 17 de Abril de 2000, aprovou a aplicação da mesma tipologia às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A tipologia é composta por **três níveis**, dos quais dois são urbanos:

Áreas Predominantemente Urbanas (APU)

Áreas Mediamente Urbanas (AMU)

Áreas Predominantemente Rurais (APR)

Os **princípios base** para a construção desta tipologia são os seguintes:

1. A freguesia é a unidade geográfica de análise.
2. As áreas urbanas são definidas a nível de concelho.
3. As freguesias que integram uma área urbana têm que ter contiguidade espacial.
4. A classificação estatística atribuída pelo INE em Julho de 1996 (freguesias urbanas, semi-urbanas e rurais) é o suporte da actual estrutura de definição das áreas urbanas, sendo complementada e ajustada, espacial e funcionalmente, em função de critérios de planeamento. Os critérios de funcionalidade/planeamento tidos em conta foram os seguintes: taxa de variação da população residente e número de alojamentos, 1981-91; categoria administrativa das freguesias; propostas dos PDM ratificados e dos PROT aprovados; ocupação sazonal dos alojamentos.

5. As freguesias pertencentes a sedes de concelho, embora com comportamentos demográficos muito diferenciados, não são integradas em Áreas Predominantemente Rurais.

DEFINIÇÃO

A Tipologia de Áreas Urbanas integra os três níveis seguintes:

Áreas Predominantemente Urbanas (APU)

Integram as Áreas Predominantemente Urbanas as seguintes situações:

- Freguesias urbanas (*);
- Freguesias semi-urbanas (**) contíguas às freguesias urbanas (*), incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
- Freguesias semi-urbanas (**) constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
- Freguesias sedes de Concelho com população residente superior a 5.000 habitantes.

Áreas Mediamente Urbanas (AMU)

Integram as Áreas Mediamente Urbanas as seguintes situações:

- Freguesias semi-urbanas (**) não incluídas na área predominantemente urbana;
- Freguesias sedes de Concelho não incluídas na área predominante urbana.

Áreas Predominantemente Rurais (APR)

Os restantes casos.

(*) Freguesias urbanas – freguesias que possuam densidade populacional superior a 500 hab./km² ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5.000 habitantes.

(**) Freguesias semi-urbanas – freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab./km² e inferior ou igual a 500 hab./km², ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes.



Anexo III – Relação do Edificado Existente com o Perímetro Urbano

